

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LEONARDO SOCHA REISMAN

**COALIZÕES, PARTIDOS E PROGRAMAS DE GOVERNO: A
SUBMISSÃO DAS BANDEIRAS PARTIDÁRIAS AO MERCADO
ELEITORAL**

Brasília

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LEONARDO SOCHA REISMAN

**COALIZÕES, PARTIDOS E PROGRAMAS DE GOVERNO: A
SUBMISSÃO DAS BANDEIRAS PARTIDÁRIAS AO MERCADO
ELEITORAL**

Professor Orientador: Lucio Remuzat
Rennó Junior

Dissertação apresentada ao Instituto
de Ciência Política da Universidade
de Brasília como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política.

Área de Concentração: Política e
Instituições.

Brasília

2016

AGRADECIMENTOS

O desafio da convergência da vida acadêmica, profissional e familiar exige comprometimento e renúncia daquilo que me é mais caro: o tempo. Por isso, começo dirigindo meus agradecimentos aos meus três tesouros, que são a razão primordial de todo o meu esforço e dedicação. Alice e Samuel, meus filhos e Nathalie, minha esposa: obrigado pela paciência e pelo apoio incondicional.

Ao meu pai, Amy e à minha sempre presente mãe, Mary Angélica, que nos deixou há 8 anos, ambos responsáveis pela formação que não se dá no banco da escola, mas no da vida, também dirijo o meu mais sincero agradecimento.

Aos diversos mestres que de alguma maneira me acompanharam nessa caminhada, sejam eles de ordem espiritual, profissional ou acadêmica, minha eterna gratidão. Um agradecimento especial ao meu orientador, Lucio Rennó, que aceitou me acompanhar nessa caminhada mesmo à frente do desafio como presidente da Codeplan.

À UnB, ao IPOL e seus professores, pelo compartilhamento do conhecimento de forma excelente. Aos colegas do mestrado, que de maneira dedicada e generosa, se dispuseram a compartilhar o conhecimento acumulado e facilitaram minha curva de aprendizado em muitos momentos.

Finalmente, a Deus, luz constante em minha caminhada e meu ponto equilíbrio em meio às angústias, entrego em primeiro lugar a minha gratidão e deposito a esperança de dias melhores para a o nosso Brasil e para a política brasileira, tão carente de partidos políticos orientados por um projeto de país, e não de poder. A todos, meu muito obrigado.

“The government [...] cannot be anything other than the organization of a minority. It is the aim of this minority to impose upon the rest of society a 'legal order', which is the outcome of the exigencies of dominion and of the exploitation of the mass of helots effected by the ruling minority, and can never be truly representative of the majority”.

Robert Michels

“Partido é uma parte: sê inteiro.”

George Agostinho Baptista da Silva

RESUMO

A formação das nossas coalizões políticas, diferentemente do que ocorre em países parlamentaristas, está localizada temporalmente em um momento pré-eleitoral, quando se negociam as alianças estratégicas entre os partidos políticos para as eleições majoritárias e proporcionais. Dentre os critérios para a formação dessas alianças, espera-se que esteja presente uma variável fundamental: a programática, expressa nos acordos relativos às políticas públicas a serem adotadas durante o governo. Aos documentos que expressam essa posição conjunta dos partidos-membros da coalizão, damos o nome de programa de governo.

O estudo qualitativo desses documentos, através da técnica de AC- análise de conteúdo, permite captar eventuais variações programáticas dessas coalizões ao longo do tempo, investigando se a defesa de bandeiras da coalizão submete-se ao eleitor mediano (centro do espectro político) ao longo do tempo.

Sabe-se que a literatura de partidos políticos é majoritária no sentido de apontar a transformação dos partidos de massa na direção do modelo *catch-all*. Por ser o partido de massa mais estudado no Brasil, estudaremos justamente as coalizões lideradas pelo PT - Partido dos Trabalhadores em campanhas presidenciais. Nossa expectativa é a de que o comportamento programático dessas coalizões apresente um padrão *vote-seeking*, alinhado ao modelo de Downs (teorema do eleitor mediano) e do modelo *catch-all*. Acreditamos que a extensão desse modelo de estudos partidários ao estudo das coalizões permitirá abrir uma nova agenda de pesquisa na Ciência Política brasileira, destacando a importância dos programas de governo para uma melhoria qualitativa do nosso presidencialismo de coalizão, constantemente criticado por todos.

Palavras-chave: programa de governo; partidos políticos; coalizões eleitorais; análise de conteúdo.

ABSTRACT

The formation of our political coalitions, unlike what happens in parliamentary countries, is located temporarily in a pre-election time, with the negotiation of strategic alliances between political parties to participate in majoritarian and proportional elections. Among the criteria for the formation of these alliances is a very important question: the coalition ideology, expressed in what we call coalition agreements, documents that are related to the public policy to be adopted for the government.

The qualitative study of these documents through the technique of CA - content analysis, allow us to capture any ideology variations of these coalitions over time, investigating whether the defense of specific issues is set aside due to the median voter (center of the political spectrum) over a period of time.

It is known that most of literature of political parties analyses the transformation of mass parties in the direction of a *catch-all* model. Due to the fact that PT - Workers' Party is the mass party most studied in Brazil, our research object is going to be the set of electoral coalitions leaded by the party on presidential campaigns. Our hypothesis presents the idea that the ideological behavior of these coalitions (expressed in the coalition agreements) have been suffering content changes in the direction of a vote-seeking orientation, in line with the median voter theorem and the catch-all model. We believe that the extension of the this set of analytic models of party studies to the study of coalitions will open a new research agenda in the Brazilian Political Science, highlighting the importance of this type of agreements for a qualitative improvement of our coalition presidentialism, constantly criticized by all.

Keywords: coalition agreement; political parties; electoral coalitions; content analysis.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

CMP - *Comparative Manifestos Project*

DFG – Fundação Alemã de Pesquisa

ECPR - Consórcio Europeu para Investigação Política

MARPOR - Manifesto Research in Political Representation

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MRG - *Manifesto Research Group*

ONG – Organização não-governamental

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PR – Partido Republicano

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Socialista Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

SPD - Partido Social-Democrata da Alemanha

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 O Teorema do Eleitor Mediano | 18 |
| Figura 2 Partidos de massas..... | 29 |
| Figura 3 Partidos de quadros | 29 |
| Figura 4 Partidos <i>catch-all</i> | 30 |
| Figura 5. Triângulo de orientações partidária..... | 36 |
| Figura 6. Cronologia dos acordos de coalizão..... | 46 |
| Figura 7. Ciclo eleitoral-governamental..... | 47 |
| Figura 8. Modelo temporal de formação das coalizões | 48 |
| Figura 9 Diagrama político <i>Political Compass</i> | 53 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Quadro-Síntese da evolução dos partidos políticos | 31 |
| Tabela 2. Indicadores para mensuração das orientações partidárias | 38 |
| Tabela 3. Sistemas de governo, sistemas partidários e estabilidade democrática | 44 |
| Tabela 4. Quadro completo com domínios e categorias analíticas do MRG | 83 |
| Tabela 5. Descrição das categorias | 85 |
| Tabela 6. Categorias da escala esquerda-direita..... | 92 |
| Tabela 7. Categorias da escala liberalismo-conservadorismo..... | 93 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1. Posicionamento dos partidos na escala bidimensional (direita/esquerda; conservadorismo/liberalismo) | 52 |
| Gráfico 2 Classificação no quadrante (1989) | 61 |
| Gráfico 3 Classificação no quadrante (1998)..... | 64 |
| Gráfico 4 Classificação no quadrante (2002) | 68 |
| Gráfico 5 Classificação no quadrante (2006) | 71 |
| Gráfico 6 Classificação no quadrante (2010) | 74 |
| Gráfico 7. Classificação dos programas no quadrante (consolidado) | 77 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Programas de Governo analisados..... | 57 |
| Quadro 2 Frequência e classificação das quase sentenças (1989)..... | 59 |
| Quadro 3 Posição na escala esquerda –direita (1989) | 60 |
| Quadro 4 Posição na escala liberalismo–conservadorismo (1989) | 60 |
| Quadro 5 Frequência e classificação das quase sentenças (1998)..... | 62 |
| Quadro 6 Posição na escala esquerda –direita (1998) | 63 |
| Quadro 7 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (1998)..... | 63 |
| Quadro 8 Frequência e classificação das quase sentenças (2002)..... | 65 |
| Quadro 9 Posição na escala esquerda –direita (2002) | 66 |
| Quadro 10 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2002)..... | 67 |
| Quadro 11 Frequência e classificação das quase sentenças (2006)..... | 68 |
| Quadro 12 Posição na escala esquerda –direita (2006) | 69 |
| Quadro 13 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2006)..... | 70 |
| Quadro 14 Frequência e classificação das quase sentenças (2010)..... | 71 |
| Quadro 15 Posição na escala esquerda –direita (2010) | 72 |
| Quadro 16 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2010)..... | 73 |
| Quadro 17. Categorias indicativas de posição liberal (consolidado)..... | 74 |
| Quadro 18. Categorias indicativas de posição conservadora (consolidado) | 75 |
| Quadro 19. Posição da coalizão na escala Liberalismo- Conservadorismo (consolidado) | 75 |
| Quadro 20. Categorias indicativas de posição de direita (consolidado)..... | 75 |
| Quadro 21. Categorias indicativas de posição à esquerda (consolidado)..... | 76 |
| Quadro 22. Posição da coalizão na escala Esquerda/Direita (consolidado) | 76 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO: PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESE | 13 |
| 2. REVISÃO DA LITERATURA | 20 |
| 2.1 Organização dos partidos políticos | 21 |
| 2.1.1 As três ondas de estudos dos partidos políticos | 21 |
| 2.1.2 A Lei de Ferro das oligarquias | 21 |
| 2.1.3 Partidos de quadro e partidos de massa | 23 |
| 2.1.4 Partidos <i>catch all</i> | 25 |
| 2.1.5 O modelo-cartel e ascensão da face pública dos partidos políticos | 28 |
| 2.1.5.1 O modelo cartel | 28 |
| 2.1.5.2 A ascensão da face pública dos partidos políticos | 32 |
| 2.1.6 Partidos <i>vote seeking, office seeking e policy seeking</i> | 35 |
| 2.2 O Partido dos Trabalhadores | 39 |
| 2.3 Coalizões e sistemas de governo | 42 |
| 2.3.1 Teorias das Coalizões | 42 |
| 2.3.2 O presidencialismo de coalizão | 43 |
| 2.4 Programas de governo (<i>coalition agreements</i>) | 45 |
| 2.4.1 A construção do programa de governo em uma perspectiva temporal | 46 |
| 2.4.2 A importância do programa de governo enquanto mecanismo de controle | 48 |
| 3. METODOLOGIA | 50 |
| 4. ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PT: 1989 A 2010 ... | 57 |
| 4.1 Programa de Governo de 1989 | 59 |
| 4.2 Programa de Governo de 1998 | 62 |
| 4.3 Programa de Governo de 2002 | 65 |
| 4.4 Programa de Governo de 2006 | 68 |
| 4.5 Programa de Governo de 2010 | 71 |
| 4.6. Conclusão: Análise dos resultados consolidados | 74 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| 5.1 Limitações da codificação manual e sugestões de ajustes | 81 |
| 6. BIBLIOGRAFIA | 92 |

1. INTRODUÇÃO: PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESE

Sergio Abranches (1988), em seu artigo seminal sobre o presidencialismo de coalizão brasileiro - regime de governo presidencialista com a regra de representação proporcional de lista aberta para eleições legislativas e o consequente multipartidarismo – propõe a existência de três momentos distintos para a formação dos governos: (1) o da aliança eleitoral, que diz respeito à elaboração de um programa e princípios mínimos para a composição da aliança; (2) o da constituição do corpo diretivo do governo, que tem relação direta com a distribuição de cargos e contemplação de aliados e; (3) o da transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, que se refere às condições de implantação da agenda real de políticas públicas.

Em setembro do ano passado o jornal Folha de São Paulo trouxe em destaque a seguinte matéria durante a disputa presidencial de 2014: “*Impasse com PT faz Dilma suspender plano de governo.*”. A notícia afirmava que outros dois motivos explicavam o adiamento: o primeiro era a discordância entre o partido e o Palácio do Planalto em temas polêmicos: o PT teria inserido algumas propostas polêmicas no documento, que não contavam com o apoio da então candidata Dilma Rousseff. O segundo seria a péssima experiência da candidata Marina Silva (PSB), que havia recém-lançado o seu programa e sofrido severas críticas, desgastando sua imagem no último mês da corrida presidencial.

Criando um paralelo com o já citado ciclo de formação de governos formulado por Abranches (1988), o momento da construção desses programas está temporalmente localizado no primeiro dos três momentos (elaboração de um programa e princípios mínimos), comumente ignorado pela literatura da ciência política brasileira, altamente concentrada em estudos de formação de gabinetes no período pós-eleitoral.

Diante de tal lacuna, é oportuno que este trabalho comece com uma proposta conceitual para esse tipo de programa, composto por negociações e consensos em relação ao portfólio de políticas públicas a ser adotado durante o governo. A ele daremos o nome de **programa de governo**: *conjunto de diretrizes, estratégias e ações que expressam os rumos da ação política definidas pelos candidatos e líderes partidários para um período de tempo específico (no Brasil, devem adequar-se ao período de um mandato). Essas escolhas devem ser expressas em linguagem clara e objetiva, permitindo ao eleitor uma avaliação objetiva quanto ao mérito das ações ali expostas. O programa de governo deve ser assumido como plataforma oficial de propostas durante a campanha do candidato e disponibilizado para consulta pelos interessados.*

É importante esclarecer que esse instrumento não se confunde com aqueles internos aos partidos, como estatutos, resoluções, regimentos ou qualquer outro tipo de documento que seja fruto de deliberações internas e exclusivas do partido. Também não se confunde com qualquer tipo de estudo ou conjunto de propostas elaborado pela fundações partidárias (por exemplo, a Perseu Abramo, do PT), organizações responsáveis, entre outras coisas, pela formação política dos filiados.

Para Tarouco, Madeira e Vieira (2013), os programas de governo são elaborados em uma conjuntura específica e não refletem somente o posicionamento do partido, mas da coalizão eleitoral que apoia o candidato. Em geral, os objetivos apresentados por estes documentos são de curta duração e estão relacionados ao governo de coalizão. Por outro lado, os programas partidários referem-se exclusivamente ao partido e tem duração maior.

A escolha do programa de governo como objeto central desta pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sobre o tema na Ciência Política Brasileira. Toda a literatura disponível baseia-se em sistemas parlamentaristas europeus multipartidários e com tendência à formação de coalizões majoritárias.

Segundo esses estudos, o programa de governo é um importante mecanismo de controle da atuação da coalizão, evitando desvios significativos da atuação de seus membros e dirigentes (Andweg, 2000; Moury, 2009; Indradson, 2013). É exatamente esse o tipo de mecanismo que não foi lançado enquanto plataforma oficial de propostas durante a campanha de 2014, com exceção de um documento amplo, entregue ao TSE na ocasião do registro da candidatura.

De um ponto de vista comparativo, é importante apontar que os dois partidos adversários líderes de suas coalizões (PSDB/Muda Brasil e PSB/Unidos pelo Brasil) lançaram programas de governo detalhados - além daqueles mais genéricos originalmente registrados no TSE - com diagnósticos e propostas sobre os principais entraves para o pleno desenvolvimento do país. Cabe destacar ainda que o programa da coalizão liderada pelo PSB foi publicado ainda em 1º turno, o que gerou uma onda de ataques à candidatura de Marina silva a partir de suas propostas.

Ora, esse caso revelou as consequências eleitorais negativas sofridas pela publicação de um programa com propostas concretas, na medida em que a defesa formal de determinadas posições deram espaço para que seus adversários (principalmente a coalizão liderada pelo PT) criticassem suas posições em debates e programas eleitorais. Diante de tais ataques, a candidata do PSB criticou a ausência de um programa detalhado por parte de Dilma Roussef em diversas ocasiões (Jornal Estado de São Paulo, 2014)

A defesa desse tipo de instrumento durante uma campanha eleitoral requer dos partidos envolvidos nas coalizões eleitorais um comportamento “orientado a políticas públicas (*policy seeking*)”. Embora esse seja entendido pela maioria das pessoas como o tipo de comportamento ideal nas democracias liberais - na medida em que são orientados por programas bem definidos e ideologias bem articuladas -, há outras possibilidades de orientação (Wolinetz, 2008). Além do comportamento *policy seeking*, partidos políticos podem adotar comportamentos orientados ao voto (*vote seeking*) e a cargos (*office seeking*).

É importante esclarecer que essas três categorias não são consideradas tipos puros. Na verdade, tais comportamentos apresentam alto grau de variabilidade, com partidos ora buscando votos, ora negociando cargos, ora defendendo bandeiras específicas. Isso se justifica porque partidos não são unidades que se comportam de maneira uniforme, sendo que muitas vezes divisões internas ocorrem justamente por conflitos de orientações (*policy*, *vote*, *office*) entre alas distintas dentro de um mesmo partido. O referido impasse entre a candidata Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores em relação ao programa de governo sugere que esse é justamente o caso do PT (e de sua coalizão).

Há um número expressivos de trabalhos na Ciência Política brasileira que se dedicaram ao estudo do PT. Recuperaremos parte desse debate em seção dedicada ao tema. Destacamos, entretanto, as obras de Pedro José Floriano Ribeiro (2008) e Oswaldo do Amaral (2013), que focam nas mudanças da organização interna do partido como elemento explicativo para as transformações ocorridas entre a década de noventa e os primeiros anos do século XXI, com o crescente afastamento do partido de sua base social, paralelo ao fortalecimento de sua dependência em relação ao Estado.

É claro que a causa dessas transformações foi abordada por esses e outros autores (Samuels, 2004; Hunter, 2007, 2010; Amaral, 2013) em uma perspectiva unitária, enquanto este trabalho possui um escopo mais amplo, já que os programas de governo são construídos pelas coalizões. Nesse sentido, as variações programáticas demonstradas podem não estar relacionadas apenas à questões internas ao partido líder da coalizão (no caso o PT), mas também às características das próprias coalizões, como por exemplo número e ideologia dos partidos envolvidos, gerando maiores custos de negociação.

A fim de compreender as duas visões, serão abordadas neste trabalho tanto a (1) literatura de transformação dos partidos enquanto organizações (incluindo aí a do próprio PT) quanto a (2) literatura relativa à formação de coalizões. Dentro do primeiro grupo, cabe destacar desde já o modelo das três faces partidárias, formulado por Richard Katz e Peter Mair (1995). Para os autores, partidos políticos não são unidades organizacionais indivisíveis,

mas sim portadores de faces distintas, cada uma delas com sua dinâmica própria. Nesse sentido, propõem a existência de três subunidades partidárias, conforme descrição a seguir:

a) Face pública do partido (*party in public office*): representada por membros do partido que ocupam cargos de confiança no Executivo (ministros, assessores, presidentes de estatais e outros) ou cargos eletivos no legislativo (em qualquer nível da federação). Direcionados em grande parte pelo ambiente eleitoral, seus membros dependem de votos (direta ou indiretamente) para subsistir na arena política (comportamento *vote seeking*). Possuem recursos oriundos de suas atividades no governo: além da influência em uma série de decisões políticas, muitos deles manejam diretamente benefícios específicos, podendo angariar aliados em diferentes setores do mercado ou da sociedade civil.

b) Direção nacional do partido (*party on the central office*): direção nacional do partido, consubstanciada na estrutura partidária formal e suas lideranças, cuja instância máxima é representada pelo presidente do partido;

c) Base partidária (*party on the ground*) : compreende os militantes, filiados e simpatizantes. Seus recursos estão baseados em sua capacidade de mobilização e na disposição na defesa de determinadas posições políticas em temas específicos (comportamento *policy seeking*), funcionando como elos entre o partido e setores organizados da sociedade, além das possibilidades (muitas vezes limitadas) de contribuição financeira que possuem.

Ao estudar a dinâmica entre elas, Katz & Mair (2002) argumentam que o fortalecimento da face pública dos partidos (*party in public office*) em detrimento das outras duas é uma tendência observável nos partidos que vencem eleições e passam a dirigir o governo. Esses, conforme se consolidam como detentores do poder, afastam-se das bases (*party on the ground*) que deram força às suas gêneses (mais especificamente daqueles que nasceram e consolidaram-se como partidos de massa, segundo o modelo de Duverger) e aproximam-se do Estado. Nesse movimento, a direção nacional dos partidos (*party on the central office*) perde seu papel original de intermediária de interesses entre a base e os ocupantes de cargos e passa à completa subordinação aos interesses dos últimos.

Ora, se a ascensão da face pública representa o triunfo da lógica *vote-seeking* sobre a *policy seeking*, o programa de governo adotaria um caráter cada vez mais generalista.

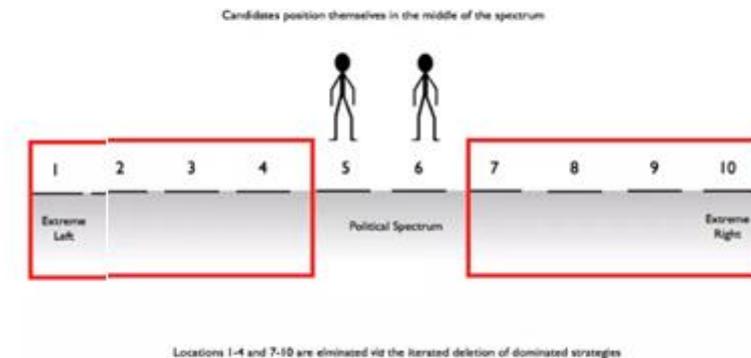
Esse caráter foi perfeitamente descrito por Otto Kirschheimer (1966), autor responsável pela formulação do chamado modelo de partido *catch-all*. Dentre todas as características dessa espécie partidária, nos interessa particularmente aquela relativa ao programa de governo. Nas palavras do próprio autor:

O partido *catch-all* contribui com programas gerais para a elaboração das preferências domésticas. Esses programas podem ser de prognóstico variado, informando o público a respeito de prováveis desenvolvimentos específicos e tendências gerais. Em realidade, prognósticos e desejos se sobrepõem como um borrão nesse tipo de futurologia, em que se vislumbra, através de lentes rosadas, a previsão de dias felizes para todos aqueles que estão entre os potenciais consumidores do partido. Esses programas podem conduzir ou se juntar a ações propositivas em vários estágios de concretização. Propostas concretas, todavia, sempre correm o risco de implicar em promessas que podem ser muito específicas. As concretizações devem permanecer gerais o suficiente para que não possam se converter, de armas eleitorais, em peças de ataques contra o partido que primeiro as mobilizou. (Kirschheimer, 1960, p. 232)

Entendemos ainda como oportuno aliar a essa característica dos programas dos partidos *catch-all* o teorema do eleitor mediano, formulado por Anthony Downs (1950), autor do clássico “Uma Teoria Econômica da Democracia.” De acordo com o autor, em um determinado eleitorado distribuído de forma normal ao longo de uma certa dimensão de preferências (para os fins deste trabalho, o eixo esquerda-direita), as eleições majoritárias serão vencidas pelos partidos que conseguirem conquistar o eleitor mediano.

No caso de uma curva normal, esse eleitor mediano estaria posicionado exatamente no centro da curva, com metade dos votantes à sua direita e metade dos votantes à sua esquerda. Em uma eventual disputa entre dois partidos posicionados em lados opostos do eixo, cada um deles já teria os votos do seu lado da escala, sendo a conquista dos eleitores mais próximos da mediana como decisivos para a vitória/derrota. Por essa razão, há uma tendência dos partidos de aproximarem-se do centro do espectro político. Downs (1999) define a dimensão ideológica como uma escala que vai do controle governamental pleno até o mercado completamente livre. A figura abaixo ilustra a ideia:

Figura 1 O Teorema do Eleitor Mediano



Fonte: <http://philosophicaldisquisitions.com.br/2011/05/game-theory-part-4-median-voter-theorem.html>

Ora, se o teorema do eleitor mediano representa uma tendência comportamental dos partidos políticos *catch all*, é de se esperar que esse mesmo comportamento seja observado nas coalizões eleitorais, enquanto mecanismo aglutinador desses partidos políticos durante o período eleitoral. O intuito é observar se esse movimento encontra eco na realidade eleitoral, documentada justamente a partir dos programas de governo.

É da aplicação desse modelo ao caso das coalizões lideradas pelo PT que surge a hipótese central desta pesquisa: *o conteúdo da plataforma eleitoral das coalizões eleitorais lideradas pelo Partido dos Trabalhadores em campanhas presidenciais, expressa pelos programas de governo (1989, 1998, 2002, 2006, 2010), sofreu alterações substanciais enquanto elemento de disputa político-eleitoral programática, na medida em que abandonou propostas polêmicas e aproximou as coalizões do centro do eixo esquerda-direita. Esse processo permite afirmar que as coalizões estudadas (todas lideradas pelo PT) adotaram ao longo do tempo algumas das características do modelo partidário catch-all, como a drástica redução na carga ideológica e a generalidade/abstração dos programas eleitorais.*

Enquanto o objetivo deste trabalho restringe-se a capturar a variação programática das coalizões eleitorais ao longo do tempo (como foco naquelas lideradas pelo PT), entendemos que a incursão em um campo de poucos trabalhos acadêmicos abre a possibilidade de uma ampla agenda de pesquisa. Dentro dessa agenda futura está a compreensão das causas das eventuais variações programáticas: os programas de governo

obedecem à orientação do partido líder ou ao conjunto dos partidos que compõem a coalizão eleitoral?

Diante desse cenário, entendemos que a hipótese exige uma tradução em indicadores empíricos de razoável operacionalidade. Para tanto, serão analisados os programas de governo das coalizões eleitorais lideradas pelo Partido dos Trabalhadores em eleições presidenciais (1989 a 2010) a partir da técnica da AC - Análise de Conteúdo.

Esta pesquisa está dividida em 4 seções. Na primeira, é feita uma revisão da literatura, que está dividida em dois blocos: o primeiro trata das principais correntes da literatura especializada sobre organização dos partidos políticos, com foco naquelas que tratam das transformações pelas quais esta instituição passou ao longo dos anos. O segundo versa sobre a formação de coalizões e o uso dos programas de governo como mecanismo de controle dos membros dessas coalizões. A segunda seção detém-se a definir os aspectos metodológicos que orientaram a elaboração da pesquisa, apresentando, em especial, a técnica de análise de conteúdo aqui utilizada, detalhando as categorias e o sistema de classificação textual utilizados. A terceira está dedicada à análise dos dados e resultados encontrados. Por fim, na última parte, oferece-se uma leitura conclusiva dos principais achados da pesquisa.

Pretende-se a partir deste estudo contribuir para uma melhor compreensão dos programas de governo e do comportamento programático das coalizões eleitorais, assim como dos partidos que as sustentam. Trazer esse debate ao campo de pesquisa da Ciência Política brasileira tem um objetivo fundamental: valorizar os programas de governo como mecanismos de controle da atuação das coalizões e partidos vitoriosos durante o período em que estiverem à frente do governo, refletindo a consistência programática que acreditamos ser fundamental para a qualidade de um sistema político que deve buscar, em última análise, processar as demandas da sociedade e transformá-las em políticas públicas efetivas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nossa revisão consiste na análise de dois conjuntos de obras: o primeiro sobre partidos políticos, incluindo seção dedicada ao Partido dos Trabalhadores; o segundo sobre coalizões eleitorais e programas de governo (*coalition agreements*).

Organização dos Partidos Políticos: trata das transformações dos partidos políticos ao longo do tempo, com foco nos trabalhos que apontam as mudanças sofridas pelos “partidos de massas” ao longo do tempo. Destacamos alguns trabalhos que apresentam tipologias e modelos organizacionais dos partidos políticos (quadros/massas, *catch all*, cartel, modelo *vote/office/policy seeking*). A seção dedicada ao PT trata das transformações ocorridas no Partido entre a década de noventa e os primeiros anos do século XXI, com o crescente afastamento do partido de sua base social, paralelo ao fortalecimento de sua dependência em relação ao Estado.

Nossa hipótese surge justamente da aplicação dessa literatura às coalizões eleitorais, na medida em que a redução da carga programática (investigada a partir da análise dos programas de governo) é uma das características do processo de transformação acima citado.

Coalizões e Programas de governo: abarca a literatura sobre coalizões no parlamentarismo e no presidencialismo e trata da importância dos programas de governo (o termo em inglês é *coalition agreement*) como mecanismos de controle da atuação dos partidos políticos em sistemas parlamentaristas europeus. Para todos os efeitos, dadas as características do presidencialismo de coalizão latino-americano/brasileiro, é possível enriquecer a análise dos programas a partir de algumas das conclusões destes trabalhos.

Como nosso objeto de análise é justamente o programa de governo, trazer a literatura europeia sobre o tema para o escopo desse trabalho tem o objetivo de demonstrar a importância desses programas como mecanismos de controle da atuação do governo, conforme já exposto em nossa introdução. Do ponto de vista da consistência programática, tal valorização fortaleceria não só os próprios partidos e suas respectivas coalizões, mas todo o sistema político brasileiro.

2.1 Organização dos partidos políticos

2.1.1 As três ondas de estudos dos partidos políticos

Os estudos da Ciência Política que possuem os partidos políticos como objeto de análise (essencialmente em seu aspecto organizacional) reconhecem três ondas de modernização e adaptação desse tipo de organização. Consideramos importante trazê-las à tona para que sirvam como nosso fio condutor:

1) A primeira onda de adaptação e modernização dominou o intervalo entre 1890 e a primeira Guerra Mundial. Nesse período, as circunstâncias sociais, econômicas e políticas na Europa levaram a uma transformação do tradicional partido liberal do século XIX (partidos “cadre”/ de quadros) para os partidos de massa (ambas as nomenclaturas foram definidas por Duverger).

2) A segunda onda, colocada em movimento no pós-segunda Guerra, inaugurou o conceito de partido *catch-all*, termo desenvolvido por Otto Kirchheimer em 1965 (seu trabalho foi publicado em inglês em 1966).

3) O terceiro período de mudanças partidárias começou durante a década de 70 e levou a uma variedade de modificações no partido *catch-all*, com uma série de tipologias complementares. Ainda que não haja um consenso sobre um modelo consagrado dentro da terceira onda, utilizaremos os trabalhos de Katz & Mair (1995) e Wolinetz (2002) como paradigmas conceituais dentro desse período. Tal combinação, aliada a características do modelo *catch-all*, tal como já apontado em nossa introdução, sugere um maior potencial analítico do que a utilização isolada de um dos dois modelos.

Antes de passarmos ao trabalho de Duverger (reconhecido como formulador da tipologia dominante do primeiro período), entendemos ser fundamental a citação ao trabalho de Robert Michels, cuja consagrada formulação da “lei de ferro das oligarquias” parece permanecer válida até os dias de hoje.

2.1.2 A Lei de Ferro das oligarquias

Conforme exposto na nossa introdução, seguiremos neste trabalho a abordagem organizacional dos partidos políticos. Nesse sentido, não poderíamos deixar de iniciar pela obra clássica de Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, escrita no início do século XX, no ano de 1911.

Influenciado por autores como Ostrogorski e os “teóricos das elites” Mosca e Pareto, Michels é conhecido como um dos primeiros estudiosos do funcionamento interno das estruturas partidárias. Seu objeto de estudo, o Partido Social-Democrata Alemão –SPD, era considerado à época o partido de massa moderno mais complexo do mundo e, apesar de suas concepções originalmente democráticas, tornara-se uma organização extremamente oligarquizada. De adepto desiludido da esquerda do SPD, o autor passou à condição de seu maior crítico, denunciando um distanciamento cada vez maior das ideias, programas e movimentos originários em prol de um eleitoralismo (foco exclusivo em ganhar as eleições) e de um oportunismo das lideranças partidárias em relação à ocupação de cargos e privilégios na estrutura do Estado Alemão.

Dois são os conjuntos de causas apontadas por Michels como indutoras do processo de oligarquização. O primeiro é formado por características psicológicas da liderança e da massa de seguidores do partido: enquanto a primeira é sedutora e possuidora de atributos como inteligência, boa oratória, força de vontade e firmeza de convicções, a segunda é alienada de qualquer tipo de consciência crítica, irracional e imatura, incompetente para decidir sobre o rumo a seguir. Some-se a isso a passividade em relação à política e o desejo por um líder-herói que tome as decisões por todos.

O segundo conjunto de causas compreende alguns postulados da sociologia das organizações (influenciada pelas teorias weberianas a respeito da burocracia): a ideia força aqui é a de que qualquer partido (mesmo aqueles de origem democrática), a partir de seu crescimento e complexificação, tende a desenvolver estruturas burocráticas diversas, consubstanciadas na especialização e divisão de funções. Esse processo acabaria com a possibilidade da democracia direta, gerando formas de delegação e representação intrapartidárias.

É esse processo de especialização da direção partidária – seja em termos de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas administrativas ou do monopólio sobre as estratégias de relacionamento com interlocutores públicos e privados - que vai distanciando os líderes de suas bases. Essa elite dirigente, profissionalizada e superior intelectualmente formaria uma nova classe, totalmente voltada aos seus próprios interesses e paradoxalmente vista pela massa como indispensável. Como possuem o controle de toda a máquina partidária,

ela própria começaria a se distanciar cada vez mais da vontade dos demais integrantes do partido, assim como de seus eleitores. Esse distanciamento tende a não ser percebido, massa dos demais integrantes do partido, que continuam a enxergar essa minoria dirigente como sua liderança (dentro da lógica das características psicológicas anteriormente expostas).

Todo esse processo, conhecido como a “Lei de Michels”, ou “Lei de Ferro da Oligarquia”, foi assim resumida pelo autor:

a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos pode ser assim formulada: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (Michels, 1982, p. 237).

Para o autor, desse movimento de autonomização das lideranças - originalmente revolucionárias - decorreria um processo de acomodação “burguesa” ao regime democrático liberal, tornando-se inicialmente uma oposição constitucional para depois fazerem parte do próprio aparato estatal. Visando à sobrevivência organizacional, o comportamento partidário passa a ser crescentemente adaptável ao ambiente: estratégias de enfrentamento e programas de governo radicais são substituídos pelo pragmatismo e por plataformas mais reformistas do que transformadoras. A cadeia argumentativa de Michels, portanto, é fatalista, no sentido de que sua conclusão é pela impossibilidade da democracia enquanto governo da maioria.

Cabe destacar, portanto, que é a partir de um estudo de caso de base qualitativa que Michels elabora uma das leis mais reconhecidas da Ciência Política, a chamada “Lei de Ferro das Oligarquias”. Conforme apontou René Remond na tradução da edição francesa de 1971, apesar de todas as insuficiências empíricas e metodológicas de seu trabalho, Michels acertou em cheio em seu diagnóstico, que continua válido para muito dos casos contemporâneos, inclusive no Brasil.

2.1.3 Partidos de quadro e partidos de massa

Maurice Duverger, no início da década de 50, escreveu um dos grandes clássicos da literatura mundial sobre organizações partidárias. Em sua obra, *Os partidos políticos*, o autor elaborou sua teoria geral dos partidos, influenciando todo o debate e a agenda de pesquisa sobre o tema na segunda metade do século XX.

Para Peres (2009), Duverger escreve a partir de dois grandes eixos analíticos: o primeiro deles preocupa-se com o surgimento dos partidos, a lógica de sua evolução e os tipos

partidários de acordo com sua estrutura organizacional; o segundo com a proposição de hipóteses sobre a relação entre os partidos em seu conjunto, especialmente no que se refere ao formato quantitativo do sistema partidário, e certas variáveis políticas e sociais, como (a) as correntes de opinião (b) a estrutura social, (c) a fórmula eleitoral e (d) a dinâmica dos regimes políticos ou dos governos.

Para os fins desse trabalho, aprofundaremos a obra de Duverger a partir de um dos pontos do primeiro dos dois eixos: os tipos partidários.

Para Duverger, os grupos parlamentares aristocráticos, diante do fenômeno da democracia representativa, viram-se obrigados a exercer o poder político em nome do povo, a partir da soberania popular, com mandatos fixo e renováveis. Essa mobilização para uma nova disputa eleitoral, não mais baseada em critérios de nobreza, mas sim no voto, foi a gênese dos chamados partido de quadros. Segundo o autor,

o partido de quadros (...) procura reunir pessoas ilustres para preparar as eleições, conduzi-las e manter o contato com os candidatos. Pessoas ilustres cujo nome, prestígio ou brilho servirão como caução ao candidato e lhe garantirão voz; técnicos notáveis que conhecem a arte de manipular os eleitores e de organizar uma campanha; notáveis financiadores que trarão o que há de mais essencial, o dinheiro. Aqui é a qualidade o que mais importa: o tamanho do prestígio, a habilidade da técnica, o montante financeiro. (Duverger, 1970, p. 52).

Seguindo o raciocínio, Duverger aponta que a evolução do ambiente eleitoral gerou uma arena cada vez mais competitiva: a ampliação e a universalização do sufrágio incluíram um contingente de pessoas (entre elas as massas proletárias) dispostas a participar da disputa eleitoral. Essa nova dinâmica fez emergir os chamados partidos de massas. Diferentemente dos primeiros, que tiveram uma origem endógena ao próprio sistema político, essas novas organizações vinham dos grupos sociais organizados, como, por exemplo, os sindicatos.

É importante apontar que para Duverger, o partido de massa seria o partido mais adaptado às condições impostas pela democracia moderna. O autor acreditava que a intensificação do processo democrático geraria o chamado “contágio pela esquerda”, na medida em que os partidos de quadros se veriam forçados a adotar diversas características dos partidos de massas.

Ainda segundo Peres (2009), os partidos de quadros —geralmente burgueses— caracterizar-se-iam por: (a) pouca atividade de recrutamento, (b) atividade partidária apenas

eleitoral, (c) financiamento autônomo das próprias elites partidárias, (d) pouca complexidade administrativa, (e) direção concentrada e personalista, (f) alto grau de disputa interna entre poucos e pequenos grupos desvinculados da base, (g) pouca consistência programática, (h) pouca importância dada a fatores ideológicos e (i) estrutura decisória descentralizada e pouco hierárquica. Os partidos de massas, por sua vez — os socialistas e comunistas—, apresentariam: (a) atividades de recrutamento permanentes, (b) atividades de propaganda e de doutrinação constantes, (c) contribuições financeiras dos membros ao partido, (d) uma organização complexa, com rede de unidades e subunidades políticas e uma burocracia permanente, (e) pouco personalismo das lideranças, (f) disputas internas orientadas por divergências ideológicas, (g) alta consistência programática, (h) grande relevância de fatores ideológicos e (i) uma estrutura decisória hierárquica e centralizada.

2.1.4 Partidos *catch-all*

O alemão Otto Kirchheimer (1966) inicia a construção de sua tipologia partidária consagrada (partido do tipo *catch-all*) a partir de uma análise sobre as falhas dos maiores partidos europeus enquanto “correias de transmissão” entre a população em geral e as estruturas governamentais.

Como já anteriormente exposto, o surgimento desse tipo de partido encontra-se temporalmente localizado em uma “segunda onda” de modernização organizacional da política contemporânea, posterior a Segunda Guerra Mundial. Foi precedida por uma “primeira onda”, iniciada quase meio século antes, que produziu o chamado partido de massa, cujas características abordamos na seção anterior.

O autor aponta a quase extinção do partido burguês, do velho estilo da representação individual (Neuman, 1956), também conceituado como de partido de quadros (Duverger, 1970). De maneira paralela, os partidos de massa, produtos de uma era na qual havia uma rígida linha divisória entre as classes e estruturas de clivagens marcantes, transformava-se em um outro tipo de organização, que Kirchheimer (1966) conceitou como partido *catch-all*.

Essa transformação, como dito, surge em um cenário de suavização dos acima referidos conflitos sociais tradicionais, fossem eles de classe ou de outra espécie. Além disso, no pós-guerra, o modelo de sociedade de consumo tipicamente norte-americano expandiu-se através da Europa Ocidental (cujos países passavam por um amadurecimento em seus

modelos de *Welfare State*), que viu muitos de seus partidos políticos – muitos deles possuidores de características de partidos de massa - passarem a buscar ampliação de suas bases de apoio tradicionais, deixando seu caráter mais programático de lado enquanto elaboravam estratégias de maximização de voto. Essa trajetória de mudanças consistiu nas seguintes características:

1) Drástica redução na carga ideológica dos partidos (“desideologização”);

2) Fortalecimento das lideranças individuais (ou grupos de lideranças), que passaram a ser cobradas pela sua atuação em relação à sociedade como um todo, e não mais em relação a determinados grupos ou objetivos (inclusive aqueles que deram origem às respectivas organizações partidárias);

3) Perda da importância do papel do filiado enquanto indivíduo-militante, antes considerado fundamental, agora uma ameaça (enquanto símbolo vinculante a determinadas bandeiras) ao estilo *catch-all* que era perseguido;

4) Perda da ênfase na *classe gardée* (base eleitoral cativa, de origem classista, religiosa ou de outra variável ideológica) e foco no recrutamento de votos entre uma base mais ampla da população, garantindo o apoio de uma variedade de grupos de interesse.

Ora, tais características demonstram um abandono das estratégias de enquadramento intelectual e moral das massas, substituído quaisquer defesas programáticas outrora valiosas por bons desempenhos na arena eleitoral. Ora, tais desempenhos, em um cenário de expansão contínua do sufrágio, passam a exigir audiências cada vez mais amplas e em escala nacional, exigindo discursos que representem, o tanto quanto possível, defesas de assuntos de interesse também nacional, com baixo potencial para divergências. Se o partido não consegue alcançar a totalidade todos os eleitores, pode buscar angariar mais indivíduos de todos os grupos cujos interesses não lhe tragam algum conflito danoso. Pequenas diferenças entre reivindicações de grupos aparentemente conflitantes podem ser suavizadas por meio da ênfase em programas que beneficiem a ambos os grupos igualmente.

Kirchhemeier (1966) também faz observações importantes quanto à natureza dos partidos que seguem essa via:

1) Em regra geral, somente os maiores partidos tornam-se partidos *catch-all* de maneira bem sucedida. Partidos pequenos, muito regionalizados e possuidores de comprometimento ideológico muito radical (o autor dá exemplos como o Partido do Povo do Tiról do Sul e o Partido Calvinista Holandês) não podem aspirar a uma performance do tipo *catch-all*;

2) Partidos de pequenas democracias (como os partidos socialdemocratas norueguês e sueco), que gozam de status majoritário por décadas e estão acostumados a uma grande quantidade de cooperação interpartidária (baixa competição na arena eleitoral) também não costumam trilhar o caminho em direção ao modelo *catch-all*.

Ora, a segunda característica aponta que a conversão para o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição eleitoral. Segundo o autor, um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição.

Vale notar que se transplantarmos as condições acima expostas para o Brasil veremos que nosso sistema político-eleitoral possui todas as condições para formação de partidos do tipo *catch-all* (grande competição baseada em campanhas de alto custo financeiro, democracia com voto obrigatório e sufrágio universal, grandes partidos nacionais e de base programática flexível).

Para os fins deste trabalho, que trata fundamentalmente do comportamento partidário durante a construção de um programa de governo, vale destacar o seguinte trecho:

O partido *catch-all* contribui com programas gerais para a elaboração das preferências domésticas. Esses programas podem ser de prognóstico variado, informando o público a respeito de prováveis desenvolvimentos específicos e tendências gerais. Em realidade, prognósticos e desejos se sobrepõem como um borrão nesse tipo de futurologia, em que se vislumbra, através de lentes rosadas, a previsão de dias felizes para todos aqueles que estão entre os potenciais consumidores do partido. Esses programas podem conduzir ou se juntar a ações propositivas em vários estágios de concretização. Propostas concretas, todavia, sempre correm o risco de implicar em promessas que podem ser muito específicas. As concretizações devem permanecer gerais o suficiente para que não possam se converter, de armas eleitorais, em peças de ataques contra o partido que primeiro as mobilizou. Essa indeterminação permite que o partido *catch-all* funcione como um ponto de encontro para a elaboração da ação concreta de uma multiplicidade de grupos de interesse. Tudo o que o partido pode requerer daqueles que obtêm seus serviços é que eles façam o máximo de esforço para chegar a compromissos que se delimitem ao seu enquadramento e que evitem se associar às forças que lhe são hostis. Os

compromissos então elaborados devem ser aceitáveis aos maiores grupos de interesse, mesmo que esses grupos, por motivos históricos ou por tradição, porventura não estejam representados no partido governante. (Kirschheimer, 2012, p.24)

Destaque igualmente válido para a conclusão de Kirchhemeier que, adotando tom pessimista, questiona o desfecho da inevitável trajetória dos partidos de massa em direção ao modelo *catch-all*:

(...) o partido *catch-all* não pode ser muito mais racional do que seu amo: o eleitor individual. Não mais sujeito à disciplina do partido (...) - ou, como nos Estados Unidos, nunca sujeito à sua disciplina -, os eleitores poderão, por suas idiosincrasias e sua apatia, transformar o sensível instrumento do partido *catch-all* em algo bastante bruto para servir-lhe como um elo com os detentores do poder funcionais da sociedade. Então, ainda poderemos vir a nos arrepender do desaparecimento - mesmo que fosse inevitável - do partido de massa classista (...), assim como já nos arrependemos do desaparecimento de outras características do passado das civilizações ocidentais. (Kirschheimer, 2012, p.26)

2.1.5 O modelo-cartel e ascensão da face pública dos partidos políticos

2.1.5.1 O modelo cartel

Os autores Richard Katz e Peter Mair (1995; 2002) apontam que as tipologias clássicas apresentadas por Duverger (1970) e Kirchhemeier (1966) (quadros/massas e *catch-all*) assumem uma distinção clara nos espaços ocupados pela sociedade civil, pelo Estado e pelos partidos políticos. É exatamente a partir da dinâmica entre esses três atores fundamentais que os autores irão formular o conceito clássico de partido cartel, cada vez mais próximo e dependente do aparelho do Estado:

(...) the state, which is invaded by the parties, and the rules of which are determined by the parties, becomes a fount of resources through which these parties not only help to ensure their own survival, but through which they can also enhance their capacity to resist challenges from newly mobilized alternatives. The state, in this sense, becomes an institutionalized structure of support, sustaining insiders while excluding outsiders. No longer simple brokers between civil society and the state, the parties now become absorbed by the state. From having first assumed the role of trustees, and then later of delegates, and then later again, in the heyday of the *catch-all* party, of entrepreneurs, parties have now become semi-state agencies. (Katz & Mair, 1995, p.31)

Esse processo de transformação apresenta-se em quatro estágios, conforme descrito abaixo:

1) O primeiro inicia-se com as relações construídas sob a égide do partido de quadros, entre o final do século XIX e início do XX. O sufrágio restrito e as limitações para o exercício da atividade política da época dificultava uma distinção real entre a sociedade civil e o Estado (embora já teoricamente válida). Os representantes de movimentos sociais politicamente relevantes e os ocupantes de cargos no aparelho do Estado estavam unidos por laços diversos (muitas vezes familiares), tornando as estruturas de ambas parte de um mesmo sistema;

Figura 2 Partidos de quadros

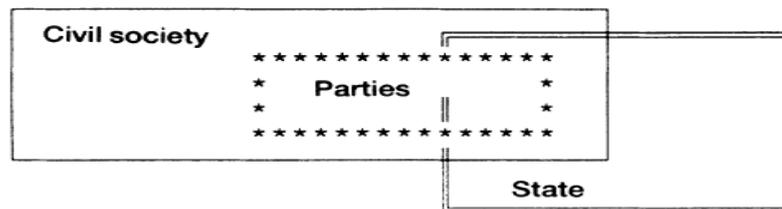


Figure 1. Parties of the cadre or caucus type.

Fonte: Katz & Mair (1995)

2) O fim (ou flexibilização) das referidas restrições, conforme já apontado, nos levou ao partido de massas, que se organizou a partir de categorias específicas oriundas da sociedade civil, agora já separada do Estado. Seu objetivo passa a ser a invasão das estruturas estatais para modificar regras e políticas públicas que influenciem as condições estruturais dessas mesmas categorias;

Figura 3 Partidos de massas

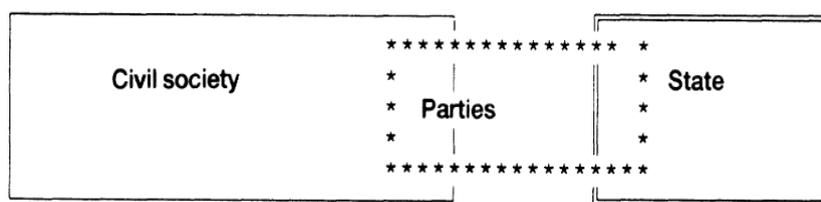


Figure 2. Mass parties act as links between the state and civil society.

Fonte: Katz & Mair (1995)

3) O partido *catch-all* retirou suas bases da sociedade civil, ampliando sua base eleitoral e agindo mais como agregador de preferências difusas e interlocutor junto à burocracia pública, que em parte, estava sob seu domínio. Essa burocracia passava a agir não apenas como o lado receptor de demandas, e sim ofertante de soluções diversas, estruturadas em forma de políticas públicas;

Figura 4 Partidos *catch-all*

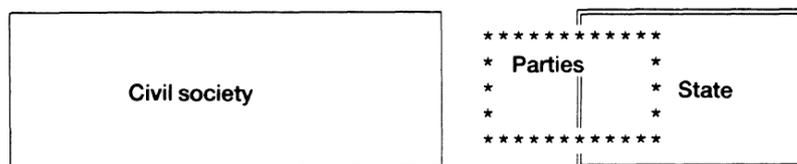


Figure 3. Parties act as brokers between the state and civil society.

Fonte: Katz & Mair (1995)

4) A dinâmica acima demonstrada sugere um movimento intenso dos partidos em direção ao Estado, enquanto afastam-se da sociedade civil. Segundo os autores, essa tendência deve fazer com que os partidos passem a ser parte do aparelho de Estado, e não mais intermediários entre este e a sociedade. Esse contexto de aproximação vem acompanhado de um movimento de declínio na participação e envolvimento dos cidadãos em atividades partidárias e aumento do interesse em grupos e atividades locais orientados a objetivos específicos (ONGs, por exemplo). Temos então, a seguinte situação: o aumento substancial e contínuo do eleitorado exigiu a profissionalização das campanhas, que passaram a contar com

a necessidade de grandes somas de capital financeiro. Enquanto viam suas fontes tradicionais abandonando a organização, os partidos passaram a ver no Estado o principal financiador de suas atividades.

É nesse cenário que emerge a tipologia consagrada do partido cartel, caracterizado pela interpenetração entre partido e Estado, acompanhado por um acordo interpartidário pela sobrevivência. Esse último ponto merece um esclarecimento: a ideia de um cartel de partidos dá-se a partir do já citado diagnóstico: se a fonte principal de recursos passa a ser o próprio Estado, há que se pensar em uma forma de cooperação na qual os atores relevantes usufruam do sistema, já que a exclusão pode representar uma grave ameaça à sobrevivência de suas estruturas. O embate programático tende a dar espaço à acomodação de interesses diversos, onde todos (ou a maioria) sintam-se prestigiados. Reside aí o espírito do cartel. Nas palavras dos autores:

In this sense, it is perhaps more accurate to speak of the emergence of cartel parties, since this development depends on collusion and cooperation between ostensible competitors, and on agreements which, of necessity, require the consent and cooperation of all, or almost all, relevant participants. Nevertheless, while at one level this development relates to the party system as a whole, it also has important implications for the organizational profile of each individual party within the cartel, and so it is reasonable to speak of a cartel party in the singular. (Katz & Mair, 1995, p. 34)

Tabela 1. Quadro-Síntese da evolução dos partidos políticos

Table 1. The models of party and their characteristics

| <i>Characteristics</i> | <i>Elite party</i> | <i>Mass party</i> | <i>Catch-all party</i> | <i>Cartel party</i> |
|---|---|---|---|--|
| Time-period | 19th century | 1880–1960 | 1945– | 1970– |
| Degree of social-political inclusion | Restricted suffrage | Enfranchisement and mass suffrage | Mass suffrage | Mass suffrage |
| Level of distribution of politically relevant resources | Highly restricted | Relatively concentrated | Less concentrated | Relatively diffused |
| Principal goals of politics | Distribution of privileges | Social reformation (or opposition to it) | Social amelioration | Politics as profession |
| Basis of party competition | Ascribed status | Representative capacity | Policy effectiveness | Managerial skills, efficiency |
| Pattern of electoral competition | Managed | Mobilization | Competitive | Contained |
| Nature of party work and party campaigning | Irrelevant | Labour intensive | Both labour intensive and capital intensive | Capital intensive |
| Principal source of party's resources | Personal contacts | Members' fees and contributions | Contributions from a wide variety of sources | State subventions |
| Relations between ordinary members and party elite | The elite are the 'ordinary' members | Bottom up (<i>pace</i> Michels); elite accountable to members | Top down; members are organized cheerleaders for elite | Stratarchy; mutual autonomy |
| Character of membership | Small and elitist | Large and homogenous; actively recruited and encapsulated; membership a logical consequence of identity; emphasis on rights and obligations | Membership open to all (heterogenous) and encouraged; rights emphasized but not obligations; membership marginal to individual's identity | Neither rights nor obligations important (distinction between member and non-members blurred); emphasis on members as individuals rather than as an organized body; members valued for contribution to legitimizing myth |
| Party channels of communication | Interpersonal networks | Party provides its own channels of communication | Party competes for access to non-party channels of communication | Party gains privileged access to state-regulated channels of communication |
| Position of party between civil society and state | Unclear boundary between state and politically relevant civil society | Party belongs to civil society, initially as representative of the newly relevant segment of civil society | Parties as competing brokers between civil society and state | Party becomes part of state |
| Representative style | Trustee | Delegate | Entrepreneur | Agent of state |

KATZ AND MAIR

Fonte: Katz & Mair (1995)

2.1.5.2 A ascensão da face pública dos partidos políticos

Podemos traçar um paralelo entre a forma pela qual Katz & Mair (1995,2002) constroem o conceito de partido cartel e a forma pela qual demonstram a ascensão da face governamental dos partidos sobre as outras duas (militante e partidária). Em ambos os casos, os autores usam as tipologias partidárias clássicas (quadros/massas, catch-all, cartel) como marcos em uma trajetória, com a diferença nas variáveis em análise. Se no caso do partido cartel era estudada a dinâmica entre partido político, sociedade civil e Estado, agora a dinâmica observada é entre as 3 faces dos partidos (*governamental/party in public office*, *militante/party on the ground* e *partidária/ party in central office*). Antes de adentrar no assunto, voltemos aos conceitos de cada uma das faces (já abordados na introdução):

1) Face pública do partido (*party in public office*): representada por membros do partido que ocupam cargos de confiança no Executivo (ministros, assessores, presidentes de estatais e outros) ou cargos eletivos no legislativo (em qualquer nível da federação). Direcionados em grande parte pelo ambiente eleitoral, seus membros dependem de votos (direta ou indiretamente) para subsistir na arena política. Possuem recursos oriundos de suas atividades no governo: além da influência em uma série de decisões políticas, muitos deles manejam diretamente benefícios específicos, podendo angariar aliados em diferentes setores do mercado ou da sociedade civil.

2) Direção nacional do partido (*party on the central office*): direção nacional do partido, consubstanciada na estrutura partidária formal e suas lideranças, cuja instância máxima é representada pelo presidente do partido;

3) Base partidária (*party on the ground*): compreende os militantes, filiados e simpatizantes. Seus recursos estão baseados em sua capacidade de mobilização e na disposição na defesa de determinadas posições políticas em temas específicos⁰, (funcionam como elos entre o partido e setores organizados da sociedade), além das possibilidades (muitas vezes limitadas) de contribuição financeira que possuem.

Vamos à dinâmica entre elas em cada uma das espécies partidárias:

1) Partido de quadros: Nesse modelo há um forte mimetismo entre o *party on the ground* e o *party in public office*. Como vimos na seção anterior, naquela época os movimentos políticos relevantes e os ocupantes de cargos públicos compartilhavam laços diversos. Tratavam-se das mesmas pessoas, todas parte de uma pequena elite (às vezes parte da mesma família) munida de recursos (financeiros e políticos), capaz de escolher seus mandatários ou ocupar diretamente cadeiras no Parlamento. É justamente essa autossuficiência que enfraquecia o *party in central office* no partido de quadros. Na medida em que recursos financeiros obtidos por uma estrutura partidária central não eram necessários para a sobrevivência do partido, não havia justificativa para seu fortalecimento enquanto instância de coordenação.

2) Partido de massa: O modelo de massa é a primeira espécie partidária a demonstrar uma clara distinção entre as três faces partidárias (não só no nível conceitual, mas também no empírico). Nos primórdios de sua existência, o *party in central office* era a face dominante, amparado por um *party on the ground* militante e em contínua expansão, mas dependente da estrutura partidária central como locus de obtenção de recursos financeiros, já que um modelo de pequenas contribuições individuais em grande escala pressupunham uma coordenação central.

O *party in public office* começava a ocupar cadeiras no Parlamento, mas ainda não dominava os fluxos de recursos advindos do Estado. Sua dependência em relação ao *party in central office* era grande, pois ele ainda era o grande coordenador de recursos. Da mesma maneira, preocupava-se em manter a base de contribuições do *party on the ground*, defendendo de forma clara um portfólio de políticas públicas que agradasse suas bases. O *party in central office* era composto por profissionais em tempo integral, pagos para desempenharem suas funções. Já o *party on the ground* era predominantemente constituída por voluntários em tempo parcial, que normalmente pagavam para serem membros da organização. Os sistemas de incentivos de ambos, portanto, eram fundamentalmente diferentes. Apesar das diferenças, a relação entre essas duas faces rera harmoniosa. Mesmo onde o *party in central office* era claramente dominante, exercia esse domínio em nome do *party on the ground*. Na medida em que o partido se tornava uma única entidade nacional, o força do *party on the ground* somente poderia ser reconhecida através de um *party in central office* forte e bem estruturado.

O *party in public office* começava a ocupar cadeiras no Parlamento, mas ainda não dominava os fluxos de recursos advindos do Estado. Nesse sentido, era um instrumento a serviço das duas outras faces. Sua dependência em relação ao *party in central office* era grande, pois ele ainda era o grande coordenador de recursos. Da mesma maneira, preocupava-se em manter a base de contribuições do *party on the ground*, defendendo de forma clara um portfólio de políticas públicas que agradasse suas bases.

Entretanto, conforme o tempo vai passando, o *party in public office* percebe que há um instrumento extremamente poderoso em suas mãos: as próprias instituições do Estado, muitas delas canalizadoras de recursos financeiros e políticos para o sistema partidário. Essa percepção, conforme vai se consolidando, reorganiza as relações entre as três faces. É o que veremos a seguir.

Partido *Catch-all*: enquanto no partido de massas o *party in central office* organizava e direcionava o *party on the ground* com o objetivo de ocupar cargos políticos e fortalecer o *party in public office*, a lógica do partido cartel passa a ser permeada pela tentativa do *party in public office* de subordinar o *party in central office* ao seu comando, utilizando-o para manter ou expandir as bases do *party on the ground* (não mais através da defesa de um portfólio de políticas públicas, mas sim da distribuição de benefícios a grupos específicos).

Essa mudança é potencialmente conflituosa. A questão fundamental é se o *party in the central office* vai permanecer como agente do *party on the ground* ou se vai realmente acabar dominado pelo *party on the public office*. Duas perguntas parecem interessantes como instrumento analítico dessa relação: (a) Qual das faces domina as negociações inter-partidárias sobre formação do governo e distribuição de cargos?; (b) Qual das faces domina as negociações inter-partidárias sobre a agenda governamental a ser implementada (policy; políticas públicas)?

3) Organizações partidárias contemporâneas: O conflito surgido durante a ascensão do modelo *catch-all* parece ter sido equacionado. O diagnóstico contemporâneo é o da ascensão do *party in public office* como face indiscutivelmente dominante.

A tentativa de subordinação do *party in the central office* foi alcançada na medida em que os mecanismos estatais relacionados ao sistema político-eleitoral (sejam financeiros ou regulatórios) foram dominados pelo *party in public office*. A consequência dessa subordinação é o contínuo afastamento das lideranças públicas e partidárias do *party on the ground*, antigo suporte programático e financeiro dos partidos de massa.

Uma das características dessa ascensão é a substituição de burocratas-partidários por especialistas-eleitorais dentro do *party in the central office*. Isso parece ser especialmente visível durante as campanhas. O grau de profissionalização das atividades relacionadas às eleições procura despolitizar ações e discursos em prol da maximização eleitoral. A própria militância organizada, seja em nível nacional, regional ou local, outrora considerada um mecanismo eleitoral local importante, perdeu espaço para as redes de rádio, televisão e mais recentemente para a *internet*. Nesse sentido, o papel do *party in the ground* como defensor de bandeiras históricas vinculadas à imagem do partido parece perder cada vez mais importância.

A referida profissionalização do *party in the central office* diminui as distâncias relativas ao *party in public office*, tornando-os parceiros na busca pela maximização eleitoral enquanto se afastam de suas antigas bases.

Percebam que a hipótese desse trabalho alinha-se perfeitamente com o diagnóstico de Katz e Mair (2002): a ascensão do *party in public office* (face pública) das coalizões lideradas pelo PT - de orientação *vote-seeking* - diminuiu a importância do programa de governo enquanto elemento de disputa político-eleitoral durante as campanhas presidenciais, tornando-o um documento cada vez menos programático e mais generalista. É a estratégia de maximização eleitoral subjungando questões programáticas importantes para setores organizados da sociedade civil historicamente ligados ao *party on the ground* (base partidária) dos partidos.

2.1.6 Partidos orientados pelo voto (vote seeking), partidos orientados por cargos (office seeking) e partidos orientados por políticas públicas (policy seeking)

O cientista político canadense Steven B. Wolinetz escreveu um importante artigo em 2002 (*Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies*), em que, após concisa revisão teórica das mais consagradas tipologias organizacionais dos partidos políticos (incluindo algumas das expostas no presente trabalho), propõe avançar rumo a um modelo dotado de maior aplicabilidade a outras regiões que não a Europa Ocidental.

Segundo o autor, as tipologias clássicas focam primariamente nessa região, enquanto as transições democráticas mais recentes ampliaram em grande número os partidos políticos fora do eixo parlamentarista (um bom exemplo é a América Latina e o fenômeno do presidencialismo de coalizão). Nesse sentido, sem ignorar os avanços até ali obtidos, o autor propõe uma nova tipologia, baseada em 3 classificações partidárias: partidos orientados pelo

voto (*vote seeking*), partidos orientados por cargos (*office seeking*), partidos orientados por políticas públicas (*policy seeking*)

A distinção entre as três classificações foi formulada a partir de um trabalho de Strom (1990b), no qual a autora analisa as circunstâncias sob as quais determinados partidos apoiam ou ingressam em governos de partidos minoritários. Essas categorias, portanto, serviram até o trabalho de Wolinetz apenas para a construção de modelos e teorias sobre formação de coalizões.

A utilização dessas categorias para a análise organizacional dos partidos políticos deve levar em conta que as três dimensões não são mutuamente exclusivas. Partidos políticos comumente transitam entre as categorias dependendo das circunstâncias político-eleitorais, mas apresentam dominância em uma das três direções. Ainda seguindo Strom (1990b), Wolinetz apresenta um triângulo com as três orientações dispostas em cada uma de suas extremidades, conforme figura abaixo:

Figura 5. Triângulo de orientações partidárias

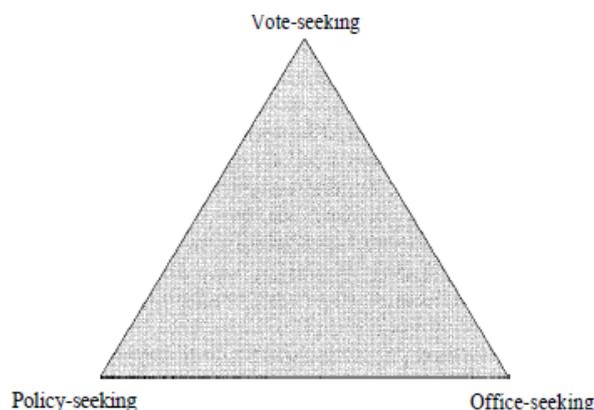


FIG. 6.1. *Primary emphases or orientations of political parties*

Fonte: Wolinetz (2002)

Partidos classificados dentro da região mais próxima da extremidade inferior esquerda são orientados por políticas públicas (*policy seeking*). Esse costuma ser entendido

pela maioria das pessoas como o tipo ideal nas democracias liberais, na medida em que são orientados por programas bem definidos e ideologias bem articuladas. Esses programas podem apresentar grande grau de variabilidade, podendo ser focados em poucas ou muitas questões. Sua principal característica é a priorização na defesa de políticas específicas, mesmo que isso possa representar perda de votos ou cargos em diferentes momentos. Ainda que via de regra não possuam uma militância quantitativamente expressiva, essa costuma ser extremamente combativa dentro de seu escopo de ação. Os exemplos dados pelo autor incluem partidos de orientação ambiental e religiosa, além de novos entrantes localizados em ambos os espectros do eixo direita-esquerda.

Partidos mais próximos da extremidade superior são classificados como orientados pelo voto (*vote seeking*). São essencialmente distintos dos primeiros, já que suas posições políticas não estão restritas por ideologias, sendo habilmente manipuladas em busca de maximização de votos. Quando subsistem em uma sociedade com alto nível de heterogeneidade e sob regras de um sistema eleitoral do tipo *the winner takes all*, podem operar em coalizão, maximizando as chances da vitória eleitoral. Possui alto grau de semelhança com os já citados partidos *catch all*, na medida em que buscam atrair a maior parte possível dos votantes. Costumam estar organizados para a vitória eleitoral em todos os níveis (federal, estadual, municipal) aonde ocorram eleições. Se no passado dependiam da mão-de-obra de seus filiados durante as campanhas (antes intensivas em trabalho), hoje passaram a depender muito mais das contribuições financeiras – sejam elas provenientes do Estado ou do setor privado (campanhas agora intensivas em capital, profissionalizadas pelo marketing eleitoral). A militância do partido, embora participe da escolha do candidatos, tem pouca voz na definição das políticas. Alguns dos exemplos trabalhados pelo autor incluem os partidos norte-americanos (considerados grandes veículos eleitorais), cujo sistema de governo (presidencialismo) contribui para tal trajetória, dada a regra *the winner takes all*.

Partidos orientados por cargos possuem ênfase na ocupação de cargos estratégicos, mesmo que isso signifique sacrificar votos ou defesas de programas específicos. Na maioria dos casos buscam ocupar tais cargos em troca da promessa de estabilidade/equilíbrio institucional para o governo. Evitam compromissos programáticos e estratégias eleitorais agressivas que os afastem da imagem de membro ideal dentro da coalizão. No campo dos votos, buscam ganhar a quantidade de cadeiras necessária para assegurar sua inclusão e importância. Existem em diferentes formas, podendo ser grandes partidos que possuem fluxos de benefícios contínuos através de regras de patronagem até pequenos partidos que buscam legitimar-se a partir da entrada em uma coalizão. Outra

importante característica é a presença de uma estratégia de não-atração de ativistas engajados com defesas programáticas para seu corpo de filiados. Quanto maior seu tamanho, mais provavelmente estará dividido em facções internas que competem por recursos comandados pelo partido.

É importante esclarecer que as três categorias até aqui dispostas não são consideradas tipos puros, perfeitamente correlacionadas com a totalidade de características de um partido político específico. Esses possuem características diversas, ora buscando votos, ora negociando cargos, ora defendendo bandeiras específicas. Para além disso, partidos não são unidades perfeitas e indivisíveis que comportam-se de maneira uniforme, sendo que muitas vezes as divisões internas ocorrem justamente por um conflitos de orientações entre alas distintas (caso do presente trabalho).

Na verdade, trata-se de posicionar nossos objetos de análise de acordo com a tendência mais frequentemente observável. Segundo o autor, na prática, poderemos sempre observar pelo menos características de duas das três categorias em determinado partido.

Em busca de um modelo de mensuração para futuras pesquisas empíricas, Wolinetz propõe uma tabela de indicadores para as três categorias, que segue abaixo:

Tabela 2. Indicadores para mensuração das orientações partidárias

| Indicadores | Orientação dos partidos | | |
|--|---|--|--|
| | <i>Policy</i> | <i>Vote</i> | <i>Office</i> |
| <i>Debate político interno</i> | | | |
| Tempo dedicado ao debate dos programas nos encontros partidários | Alto | Baixo | Baixo |
| Característica do debate | Intenso, <i>issue-oriented</i> | Desfocado, difuso, <i>pro-forma</i> | Desfocado, difuso, <i>pro-forma</i> |
| Extensão e qualidade da participação | Extensivo, maioria dos membros do partido | Apenas lideranças ou comitês diretivos | Apenas lideranças ou comitês diretivos |
| Consistência das posições políticas assumidas | Alto | Médio-baixo | Médio-baixo |

| <i>Campanhas eleitorais</i> | | | |
|--|--|--|--|
| Proeminência do debate de políticas públicas | Alto | Variável | Baixo |
| Direção da estratégia | Derivada das políticas públicas defendidas | Adequação do programa ao mercado eleitoral | Variável, estratégias de baixo risco eleitoral |
| Uso de novas técnicas eleitorais | Baixo para Médio | Alto | Baixo para Médio |
| Infraestrutura de suporte para a formulação de políticas públicas (think tanks, fundações de pesquisa) | Presente | Miníma; exclusividade para utilização por parte de detentores de cargos e lideranças partidárias | Miníma; exclusividade para utilização por parte de detentores de cargos e lideranças partidárias |

Fonte: Wolinetz (2002), traduzido pelo autor.

2.2 O Partido dos Trabalhadores

A literatura da Ciência Política brasileira dedicada ao PT analisa o partido sob diferentes enfoques. De forma sintética, dividiremos essas abordagens em duas grandes categorias:

1) Origem, fundação e consolidação: Representada pelos trabalhos de Meneguello (1989) e Keck (1991).

Apontam a novidade do projeto político do PT, formado a partir da convergência de distintos atores na fundação do partido: novos sindicalistas, novos movimentos sociais urbanos – negros, feministas, ambientalistas e minorias sexuais - , atores da esquerda organizada - trotskistas e leninistas -, intelectuais e grupos católicos, estruturados a partir das comunidades eclesiais de base. Toda essa diversidade estava ancorada em um desenho institucional partidário considerado extremamente robusto: núcleos de base que congregavam filiados, centralização nacional do processo decisório, financiamento pulverizado por meio de contribuições individuais, e vida partidária intensa, não circunscrita aos períodos eleitorais.

Embora ambas as obras sejam fundamentais para o estudo do PT, nossa ótica de análise (transformação programática das coalizões) privilegia o segundo enfoque, apresentado a seguir.

2) Transformações programáticas e organizacionais: Representada pelos trabalhos de Samuels (2004), Hunter (2010), Ribeiro (2008) e Amaral (2013).

Parte dos trabalhos sobre o PT que tratam das transformações do partido em seus aspectos programáticos e organizacionais advogam em favor da hipótese da caminhada do partido rumo ao centro do espectro político, assim como da desideologização de seu programa político e da profissionalização da estrutura partidária, gerando um afastamento das lideranças em relação à base eleitoral mais tradicional do partido.

Samuels (2004) privilegia elementos organizacionais internos do PT como causas das transformações que levaram à adoção de uma postura ideológica moderada a partir da segunda metade da década de 1990.

Para o autor, as experiências de governo petistas no plano subnacional teriam levado parte da militância partidária a adotar uma postura moderada, refletida também no comportamento de sindicatos e movimentos sociais. Aliado a este fato estariam as mudanças nas regras de democracia interna do partido, que permitiram a vitória de uma direção nacional orientada a levar o partido para o centro do espectro político.

Hunter (2010) também chega ao mesmo diagnóstico de moderação programática, embora privilegie elementos exógenos ao partido como explicativos para essa transformação.

Para a autora, o cenário econômico global da década de 1990 (pró-mercado) levou o discurso petista a um campo de moderação, muito distinto daquele presente em sua fundação. Ao lado do cenário econômico, a fragmentação do sistema eleitoral-partidário levou o partido a uma estratégia eleitoral que privilegiasse a moderação, no sentido de um comportamento *catch-all*.

O trabalho de Ribeiro (2008) privilegia o conceito de *partido cartel* (Katz & Mair, 1995) e da *lei de ferro da oligarquia* (Michels, 1982) como marco teórico para analisar as transformações do Partido dos Trabalhadores entre 1980 e 2005. O autor utiliza duas dimensões em seu estudo: 1) a funcional, representada pelo conceito do *partido cartel*, com a aproximação da estrutura partidária do Aparelho do Estado e a crescente dependência dos recursos estatais para manutenção de suas atividades, enquanto cresce o afastamento em relação às demandas (e dependência financeira) da sociedade civil; 2) a organizativa (interna),

baseada na *lei de ferro da oligarquia*, com a ascendência crescente dos detentores de cargos públicos sobre o partido, e o fortalecimento da direção em detrimento da base de filiados.

O autor conclui que:

na dimensão funcional constatamos que, ao longo de um quarto de século, a organização petista estabeleceu laços cada vez mais sólidos com o Estado, ao mesmo tempo em que se afastava da sociedade civil. Os vínculos estatais passaram a ser centrais para a sobrevivência organizativa. A progressiva inserção estatal do partido alterou as relações internas de poder. Na dimensão organizativa, constatamos a emergência de uma “face pública” cada vez mais forte e autônoma, capaz inclusive de dominar a direção partidária. Por outro lado, estratégias da *Articulação/Campo Majoritário* desconstruíram a democracia intrapartidária, reforçando o papel da direção nacional, que ganhou em autonomia vis-à-vis a base partidária. Causa e efeito dessa situação, a lei de ferro de Michels mostrou-se válida: o PT não escapou à tendência de oligarquização de sua direção. Se “face pública” e direção partidária ganharam nesse novo equilíbrio interno de forças, houve apenas um perdedor: a base de filiados do PT (Ribeiro, 2008, p. 4)

O trabalho de Amaral (2013) busca analisar as transformações na organização interna do PT e seus impactos sobre a dinâmica partidária entre 1995 e 2009.

Para o autor, apesar de todas as transformações pelas quais passou o PT a partir da segunda metade da década de 90, especialmente em seus aspectos programático e ideológico, o partido continua a manter fortes vínculos com a sociedade civil organizada, o que em tese introduziria limites para a adoção de estratégias eleitorais do tipo *catch-all* e para a total autonomia das lideranças. O PT, portanto, continuaria obrigado a considerar as demandas de atores historicamente ligados ao partido (como movimentos sociais, por exemplo) na elaboração de políticas públicas.

O autor defende ainda que o PT continua a manter a participação das bases nos processos decisórios internos, garantindo a convivência de grupos com posições distintas no interior da estrutura partidária. Essas características dariam ao PT um desenho institucional inclusivo, ainda que a participação na arena eleitoral tenha diminuído a heterogeneidade entre esses grupos. As transformações do PT, portanto, refletem a conciliação entre a necessidade de vencer eleições e governar com aspectos ligados à sua origem, como democracia e participação. Não se trata, portanto, de uma classificação pura, como a de partido

cartel/profissional-eleitoral adotada por Ribeiro (2008) ou a de partido de massa, adotada por Meneguello (1998); trata-se de uma combinação de continuidade e mudança, com características de ambos os modelos.

Vale destacar que todas essas obras estudaram o partido em uma perspectiva unitária. Este trabalho, conforme já destacado em sua introdução, traz a perspectiva da coalizão eleitoral, a partir de uma análise qualitativa dos programas de governo lançados durante campanhas eleitorais. É possível que um eventual alinhamento entre o comportamento das coalizões lideradas pelo partido e o comportamento do partido demonstrem que os demais partidos membros não influenciem no comportamento da coalizão. A confirmação dessa impressão dependeria de uma análise da trajetória desses outros partidos, o que se insere na agenda futura que propomos em nossa conclusão.

2.3 Coalizões e sistemas de governo

2.3.1 Teorias das Coalizões

Até muito pouco tempo atrás, estudos e análises sobre coalizões governamentais estavam restritos a regimes parlamentaristas, já que a literatura tradicional não via incentivos para a formação de coalizões nos regimes presidencialistas. Ainda que esse fato tenha mudado a partir da década de 90 – a partir da publicação de importantes estudos sobre coalizões no presidencialismo -, as teorias expostas nesta seção enquadram-se no campo dos estudos parlamentaristas.

A primeira teoria do processo de formação de coalizões foi desenvolvida pelo cientista político William H. Riker (1962) na década de 60. Os pressupostos de seu modelo são: a) a formação de coalizões é um jogo de soma-zero (os que uns ganham é igual ao que outros perdem); b) os atores são racionais e procuram maximizar seus benefícios; c) os atores possuem informação perfeita.

A formalização desse modelo permitiu o desenvolvimento do princípio constitutivo da coalizão minimamente vitoriosa: os membros da coalizão não incluirão a nenhum sócio que não seja necessário para alcançar a condição de majoritária; dentre essas se formará aquela que apresente o menor número de sócios.

A questão da proximidade ideológica entre os membros da coalizão não foi abordada por Riker (1962) em sua análise, sendo proposta apenas anos mais tarde por Robert

Axelrod (1970). Para este autor, a adição do critério de proximidade ideológica ao modelo de Riker cria uma nova categoria: a das coalizões minimamente vitoriosas e ideologicamente conexas.

Alguns anos mais tarde, um estudo empírico (em regimes parlamentaristas) realizado por Abram de Swaan (1973) desafiou os princípios da coalizão minimamente vitoriosa ao afirmar que somente em épocas de extrema estabilidade política é possível observá-las. Na verdade, os achados do autor demonstram que as coalizões respeitam o critério de proximidade ideológica, mas não o de número mínimo de componentes. A ideia de incluir algum membro que não seja importante para a magnitude (em assentos) mas tenha capacidade de resolução de conflitos ou alto valor simbólico parece ser a regra nos estudos conduzidos por Swann. Luebbert (1986) e Strøm (1990) também desafiaram os pressupostos de Riker (1962) ao demonstrar que coalizões minoritárias não apenas surgiam com frequência, mas também que eram tão estáveis quanto suas correlatas majoritárias.

Trazendo a teoria de formação de coalizões para a análise de nosso caso, está presente em nossa hipótese a ideia de que, ainda que os critérios de formação pela ideologia pareçam se sobrepor aos critérios das coalizões minimamente vitorias (dado que o número de entrantes nas coalizões lideradas pelo PT passou em muito o mínimo necessário), essa suposta convergência ideológica também não impediu uma movimentação das bandeiras das coalizões da esquerda para o centro, demonstrando que a ideologia se submete à lógica eleitoral, mesmo no caso das coalizões.

2.3.2 O presidencialismo de coalizão

A década de noventa nos trouxe um debate inaugurado por Juan Linz (1990), em que o autor apontava a superioridade do sistema parlamentarista sobre o presidencialista em regimes democráticos. Segundo o autor, a dupla legitimidade dos poderes originada pela eleição independente somada à rigidez dos mandatos tornariam o presidencialismo menos apto para a democracia.

Muitos foram os seguidores de Linz, cuja teoria foi considerada dominante até a publicação do trabalho de Mathew Shugart e John Carey (1992), que desenvolveram uma perspectiva analítica alternativa, considerando vantagens do sistema presidencialista aquilo que Linz havia identificado como desvantagens. Por exemplo, a rigidez do mandato deve ser considerada um atributo de previsibilidade, enquanto a dupla legitimidade considerada um atributo de controle democrático (sistema de freios e contrapesos).

Para Chasqueti (2008), essa revisão das posições de Linz gerou uma nova perspectiva no debate do assunto. Enquanto a pergunta original era sobre qual dos regimes de governo (presidencialista ou parlamentarista) era superior, o novo questionamento passou a ser sobre quais são as melhores condições para que determinado regime alcance um bom desempenho. Desse modo, os desenhos de investigação passaram a integrar diferentes variáveis institucionais e políticas, superando as explicações monocausais das teorias de primeira geração.

Ainda no mesmo livro, Chasqueti (2008) faz um apanhado de 4 grandes teorias político-institucionais que relacionam regimes de governos e sistemas partidários a graus variados de estabilidade democrática, culminando no quadro abaixo:

Tabela 3. Sistemas de governo, sistemas partidários e estabilidade democrática

| | Parlamentarismo | Semipresidencialismo | Presidencialismo |
|-------------------|---|---|---|
| Bipartidarismo | Democracia estável (Duverger) | Democracia estável (Sartori, Suleiman) | Democracia estável (Duverger, Mainwaring) |
| Multipartidarismo | Democracia estável (Lijphart, Lipset, Linz) | Democracia estável (Sartori, Suleiman) | Democracia instável |

Fonte: Chasqueti (2008)

Percebe-se que a “difícil combinação” analisada pelo autor no livro insere-se no quadrante inferior da extrema direita. De acordo com Mainwaring (1993), essa é a combinação mais difícil e problemática para a democracia.

Entretanto, enquanto a discussão acadêmica florescia durante essa época, diversos países da América Latina, detentores da “difícil combinação”, contrariaram os prognósticos da instabilidade democrática e consolidaram suas democracias. O modelo adotado por esses países foi o do presidencialismo de coalizão.

Enquanto nos regimes parlamentaristas a formação dos gabinetes de coalizão é fruto da própria dinâmica institucional (designação do chefe do Executivo pela Assembleia e possível destituição), a formação das coalizões nos regimes presidencialistas está totalmente vinculada à disposição políticas dos atores, dada a existência de eleições independentes e

mandatos fixos. Na verdade, a prática de coalizões em muitos governos presidencialistas contradiz os preceitos normativos do modelo teórico. Entretanto, como já apontado anteriormente, esse foi o formato adotado por inúmeros países da América Latina a partir dos anos 90, servindo como solução para equacionamento da “difícil combinação” de Mainwaring (1993).

Os estudos empíricos sobre as coalizões presidenciais iniciam-se com a boliviana Grace Ivanna Deheza (1995 e 1998), em sua análise de nove países da América do Sul durante o período 1958-1994. As conclusões da autora foram as seguintes: a) as coalizões nos regimes presidenciais são muito frequentes – 69 coalizões em 123 governos estudados; b) as coalizões podem distinguir-se em sua origem, podendo ser pré-eleitorais ou pós-eleitorais; c) os presidentes com minoria na Câmara apresentam uma tendência muito clara à formação de coalizões; d) os presidentes que formam coalizões utilizam o gabinete ministerial como recurso de formação das coalizões em governos multipartidários.

2.4 Programas de governo (coalition agreements)

É importante esclarecer que a literatura disponível sobre *coalition agreements* (programas de governo) está ancorada em sistemas parlamentaristas europeus multipartidários e com tendência à formação de coalizões majoritárias. Como essas também são características do nosso presidencialismo, acreditamos que transposição de alguns modelos explicativos ao caso brasileiro é possível, fazendo as devidas adequações quando necessário.

Para os fins desse trabalho, propomos o seguinte conceito para programa de governo: conjunto de diretrizes, estratégias e ações que expressam os rumos da ação política definidas pelos candidatos e líderes partidários para um período de tempo específico. Essas escolhas devem ser expressas em linguagem clara e objetiva, permitindo ao eleitor uma avaliação objetiva quanto ao mérito das ações ali expostas. O programa de governo deve ser assumido como plataforma oficial de propostas durante a campanha do candidato e disponibilizado para consulta pelos interessados.

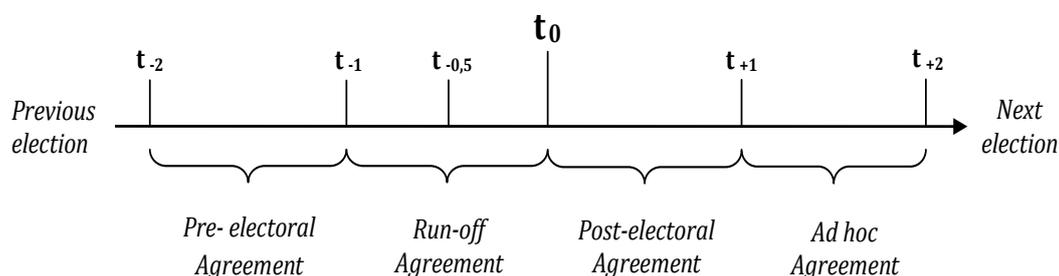
A obrigatoriedade da apresentação de propostas para o registro de candidaturas de Prefeitos, Governadores e Presidente da República no Brasil é uma novidade trazida pela Lei nº 12.034/2009, que adicionou o inciso IX ao artigo 11 da lei nº 9504/1997, que estabelece normas para as eleições. Conforme esse inciso, o pedido de registro de candidaturas para esses cargos devem apresentar uma lista de documentos que inclui o programa de governo defendido pelos candidatos. Ao adotar tal dispositivo, a intenção do legislador foi dotar as

campanhas de conteúdos programáticos, criando alternativas ao embate personalista recorrente nas campanhas eleitorais brasileiras.

2.4.1 A construção do programa de governo em uma perspectiva temporal

Retomando o debate presidencialismo x parlamentarismo iniciado por Linz (1990), Albala (2014) investigou os efeitos das regras do regime presidencialista sobre o momento de formação da coalizão (se pré ou pós-eleitoral). Em seu trabalho, o autor propõe um modelo de linha do tempo da formação das coalizões, com t_0 representando o momento da eleição, conforme figura abaixo:

Figura 6. Cronologia dos acordos de coalizão



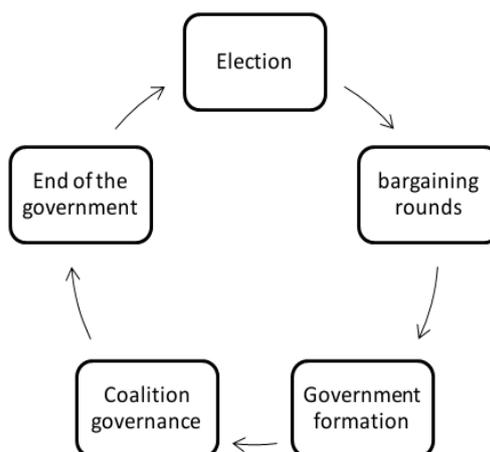
Fonte: Albala (2014)

Segundo o modelo, são quatro os momentos possíveis para a formação das coalizões, sendo os mais importantes do ponto de vista analítico os pré-eleitorais e os pós-eleitorais. Os *run-off agreements* ocorrem nos sistemas eleitorais que possuem dois turnos nas eleições presidenciais, quando um dos candidatos derrotados transfere seus recursos materiais e políticos para uma das duas coalizões remanescentes. Já os *ad hoc agreements* derivam de movimentos internos da coalizão após a formação do governo – novos entrantes, por exemplo -, sem conexões com eventos eleitorais.

O *post-electoral agreement*, extensamente trabalhado nos estudos clássicos sobre ciclos de coalizão (derivados de estudos de casos parlamentaristas), ocorre imediatamente após a eleição, que é entendida como evento informativo da distribuição de forças no parlamento, sendo só a partir dela serem dados os poderes de negociação dos partidos

envolvidos na disputa e a consequente formação da coalizão governante. O modelo a seguir, retirado de Strøm, Müller e Bergman (2008), representa a ideia:

Figura 7. Ciclo eleitoral-governamental

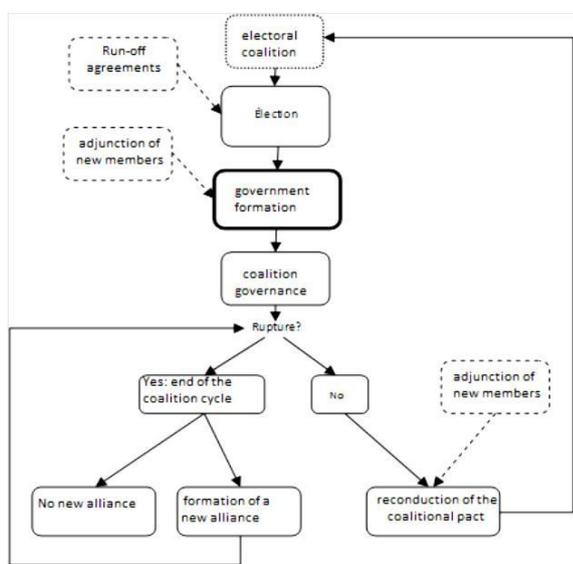


Fonte: Strøm, Müller e Bergman (2008)

Já o *pre-electoral agreement* ocorre em um momento anterior ao da eleição, e segundo Golder (2006) três são os critérios necessários para a caracterização das coalizões surgidas a partir desses acordos: 1) a publicidade/formalização de um programa de governo; 2) o fato de que partidos envolvidos concordam em participar juntos da eleição; 3) o escopo nacional (ou federal) dessa decisão. É importante afirmar que os critérios de Golder (2006) foram desenvolvidos a partir de estudos de caso em sistemas parlamentaristas (seu estudo não faz parte do *mainstream* pós-eleitoral), mas entendemos que sua aplicação cabe perfeitamente no presente estudo de caso, ainda que este ocorra sob as regras presidencialistas.

Segundo Albala (2014), as características do regime presidencialista (alta previsibilidade das coalizões competidoras e opções políticas na eleição presidencial) criam uma forte tendência à formação de coalizões pré-eleitorais. Os resultados encontrados pelo autor em seu estudo são bastante consistentes: 90% dos governos presidenciais de coalizão (26 de 29 estudados) na América Latina derivaram de alianças eleitorais, sendo esse o caso ocorrido no Brasil. A partir desses achados, o autor propõe um modelo temporal da formação das coalizões aplicado aos regimes presidencialistas, conforme figura a seguir:

Figura 8. Modelo temporal de formação das coalizões



Fonte: Albala (2014)

Entendemos, portanto, que tanto este como futuros trabalhos que procurem investigar os programas de governo (Golder, 2006) no Brasil, devem analisar o primeiro dos momentos acima expostos: a coalizão eleitoral (*electoral coalition*).

2.4.2 A importância do programa de governo enquanto mecanismo de controle

Retomando os três critérios de Golder (2006), propomos um olhar atento ao primeiro deles: a publicização de um acordo de coalizão no momento pré-eleitoral. Criando um paralelo com a literatura nacional, entendemos que esse é o primeiro dos três momentos do ciclo proposto por Abranches (1988), ao qual nos referimos na introdução deste trabalho.

Recentes estudos tem se debruçado sobre a importância de acordos escritos enquanto mecanismos de controle da coalizão. Segundo Strom & Muller (2000,2008), esses acordos servem como pacificadores de conflitos intra e interpartidários, além de restringir a ação de primeiros ministros muito poderosos. Para Indradson (2013), a importância desse mecanismo estende-se às atuações dos ministros de Estado, evitando a adoção de políticas públicas dissonantes daquelas consagradas nesses documentos.

Entretanto, segundo o mesmo autor, duas importantes limitações precisam ser levadas em conta quando analisamos o tema: a primeira, de natureza material, é a impossibilidade de acordos escritos abordarem todos os temas que entram na agenda governamental durante o período do mandato. A segunda, de natureza formal, é a ineficácia

do instrumento enquanto mecanismo jurídico. Não há punição legal em caso de desrespeito aos compromissos firmados no acordo. Entendemos que ambas as limitações aplicam-se ao nosso caso.

Ora, dadas essas limitações, quais são os motivos que levariam as coalizões a honrar esse tipo de acordo? Parte da literatura (Stokes, 2001; Klingemann, 1994) afirma que os eleitores acreditam que os programas de governo representam de forma fidedigna a agenda de políticas públicas dos partidos, e que o desrespeito a tais compromissos prejudicaria sua imagem perante a população, gerando perda de votos nas eleições futuras. Tal custo político levaria os membros da coalizão a honrar os acordos.

Em um importante estudo da literatura recente sobre o tema, Moury (2009) analisa a eficácia de tais documentos em governos na Bélgica, Holanda e Itália. Segundo a autora, esses governos implementaram a maior parte dos compromissos acordados em seus planos. Isso fortalece a hipótese levantada acima: partidos tem medo do custo eleitoral de não honrar os compromissos assumidos e publicizados nos acordos.

Nesse caso, uma outra pergunta torna-se ainda mais interessante: se há o custo eleitoral de não honrar os acordos escritos, o que leva os partidos a escrevê-los? Retomando o trabalho de Indridason (2013), uma das decisões importantes relativas a esse tipo de acordo é exatamente essa: se vale ou não a pena escrevê-lo. Segundo o autor, uma variável é especialmente importante nessa primeira decisão: o risco moral (em uma relação agente-principal, há a possibilidade de um agente não adotar o comportamento esperado pelo principal) e os custos de negociação do acordo. Quanto maior o risco moral, maior a chance da adoção de acordos escritos.

O sistema político brasileiro foi caracterizado por Mainwaring (1999) como incentivador de partidos políticos pouco programáticos, o que em tese aumentaria o risco moral de deserções. Nesse sentido, entendemos que a adoção de programas de governo escritos pode reduzir comportamentos desse tipo. Entretanto, nossa hipótese reflete uma posição que, infelizmente, demonstra a submissão da lógica programática ao mercado eleitoral *catch-all*.

Defendemos que a força desses documentos perante a sociedade, notadamente durante as eleições, tem o poder de elevar o nível do debate e vincular a atuação futura do candidato eleito. Utilizar os programas como pilar central do debate eleitoral parece ser um caminho para legitimar institucionalmente os partidos e os candidatos.

3. METODOLOGIA

Para Tarouco, Vieira e Madeira (2015), a análise de conteúdo é um método para mensurar preferências políticas em geral e de partidos políticos (no nosso caso, coalizões eleitorais) em particular. A técnica permite quantificar e ordenar preferências através da proporção de texto dedicada a cada tema nos documentos programáticos.

Os estudos ênfases programáticas através da análise de conteúdo de manifestos partidários é ainda incipiente no Brasil, o que abre uma vasta agenda de pesquisa, especialmente no que se refere à elaboração de categorias e escalas próprias à realidade brasileira.

A relevância da análise de conteúdo com foco em ênfases programáticas é sustentada pela *Saliency Theory* (Robertson, 1976), que afirma que os partidos competem enfatizando diferentes *issues* muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões. Segundo essa abordagem, os partidos se concentram em temas em que consideram ter vantagens sobre seus competidores, não apenas se contrapõem a seus adversários nos temas que defendem.

A disputa mais evidente é a que define quem tem a melhor resposta para cada questão (Downs, 1999) e a disputa menos evidente, mas não menos importante, é a que define quais são as questões mais relevantes em cada contexto eleitoral. Nesse sentido, os programas podem ser vistos enquanto sinalizadores dos caminhos que os partidos julgam mais seguros para chegar à vitória eleitoral.

Ainda segundo os mesmos autores (Tarouco, Vieira e Madeira, 2015), a principal experiência com análise de conteúdo de documentos partidários é o *Manifesto Research Group (MRG)* e seus sucessores *Comparative Manifestos Project (CMP)* e *Manifesto Research in Political Representation (MARPOR)*. O objetivo do projeto é montar e expandir um banco de dados de manifestos partidários codificados para fornecer estimativas das preferências políticas dos partidos políticos. Ainda que o projeto conte com uma seção dedicada à América Latina, infelizmente a quantidade de textos analisada ainda é muito pequena se comparada com a base de dados de países europeus.

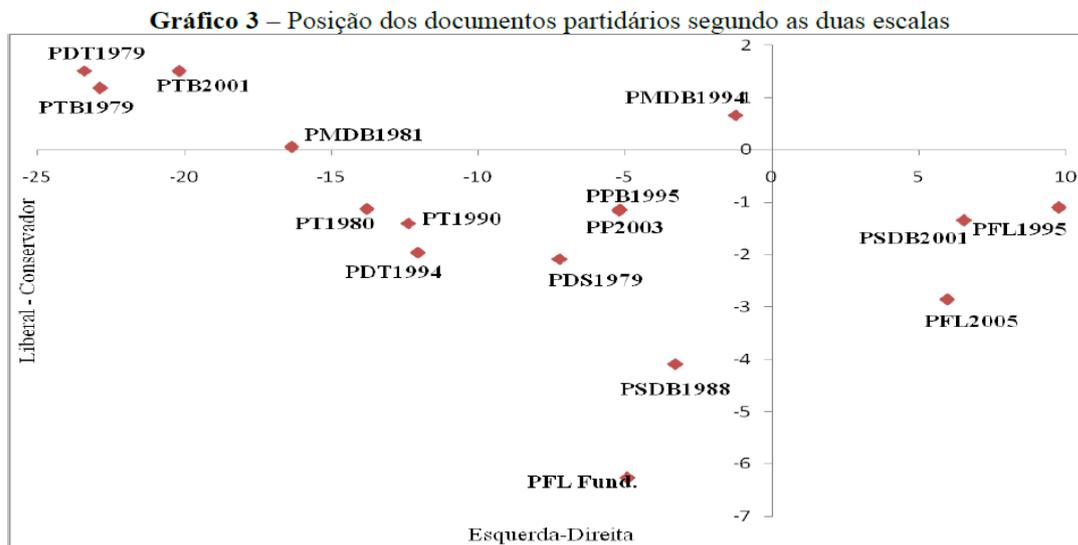
O MRG é um projeto de cooperação que vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, tendo já passado por diferentes fases tanto no que tange à composição do grupo quanto aos objetivos fundamentais e formas de financiamento. A proposta inicial dos fundadores era comparar as estratégias programáticas dos partidos nos Estados Unidos e no Reino Unido no período posterior à segunda guerra mundial. Após o trabalho inicial, Ian Budge consolidou o

grupo de pesquisa *Manifest Research Group (MRG)* dentro do Consórcio Europeu para Investigação Política (ECPR), o qual teve continuidade no Centro de Pesquisa em Ciências Sociais de Berlim. Em 2009 o projeto ingressou em sua terceira fase e desde então a Fundação Alemã de Pesquisa (cuja sigla em alemão é DFG) financia o projeto com o nome *Manifesto Research in Political Representation – MARPOR*.

A análise de conteúdo dos programas de governo apresenta dois momentos que são cruciais no que tange ao tratamento dos dados: 1) a divisão dos textos em sentenças e quasi-sentenças e 2) a atribuição a cada sentença de uma das categorias utilizadas para a classificação. O MARPOR treina e avalia codificadores que são contratados para realizar estas tarefas seguindo estritamente o protocolo metodológico adotado.

Como abstrato e concreto são conceitos de difícil mensuração, propomos neste trabalho sua correlação com a escala ideológica esquerda-direita desenvolvida por Laver and Budge (1992) a partir do trabalho do MARPOR, e posteriormente adaptada ao caso brasileiro por Tarouco e Madeira (2013). Além da escala esquerda-direita, os autores brasileiros criaram uma outra escala, também baseada em algumas das categorias originais, a qual chamaram de escala conservadorismo-liberalismo. Recentemente (Tarouco e Madeira, 2013), classificaram diversos partidos políticos a partir de seus documentos partidários (documentos internos/estatutos, e não programas de governo) utilizando esse plano dimensional (esquerda-direita e conservadorismo-progressismo), o que deu origem ao gráfico abaixo:

Gráfico 1. Posicionamento dos partidos na escala bidimensional (direita/esquerda; conservadorismo/liberalismo)



Fonte: Tarouco, Gabriela S. (2011) "Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases". *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1.

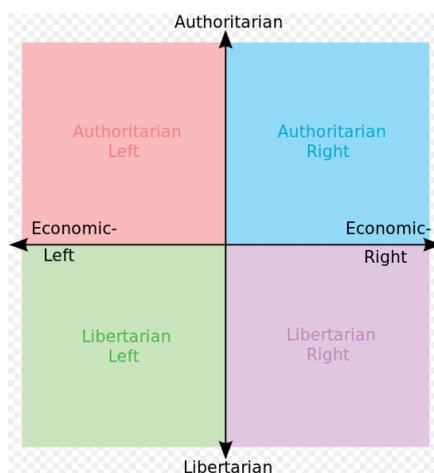
Na proposta dos autores, há uma série de categorias indicativas de posicionamento político de direita e outra série de categorias indicativas de posicionamento político de esquerda (assim como uma série de categorias que indicativas de posicionamentos liberais e conservadores). A posição de um manifesto na escala é dada pela diferença entre o total (em porcentagem) de suas frases codificadas nas categorias de esquerda e o total de suas frases codificadas nas categorias de direita. A escala varia de -100 a +100, valores negativos representando posições de esquerda e os positivos, posições de direita. A adaptação dos autores brasileiros altera apenas algumas das categorias originais (dadas as diferenças socioeconômicas entre Brasil e Europa), mas preserva a lógica da análise.

É exatamente essa a lógica que utilizaremos em nosso trabalho, com a diferença do objeto analisado e das categorias selecionadas como indicativas de posições ideológicas.

Enquanto Tarouco e Madeira (2013) analisaram documentos internos dos partidos e a partir disso fizeram uma análise comparativa, nosso objetivo é analisar os documentos eleitorais utilizados em campanhas presidenciais pelas coalizões lideradas pelo PT ao longo do tempo, o que nos dará a medida da variação do comportamento programático dessas coalizões durante as eleições (em nossa hipótese, passagem de um modelo *policy-seeking* para um modelo *vote-seeking*).

Em relação às categorias, nossa inspiração vem do *Political Compass* (2016), conhecido diagrama político inglês que localiza as posições dos partidos em duas dimensões, conforme expresso no gráfico abaixo:

Figura 9 Diagrama político *Political Compass*



Fonte: www.politicalcompass.org

Podemos ver que o diagrama possui duas dimensões: na escala horizontal está a escala econômica, na qual quanto mais à direita, maior é a liberdade econômica e defesa da propriedade privada (capitalismo); já quanto mais à esquerda, maior é a tendência ao intervencionismo estatal na economia e/ou ao coletivismo. Neste trabalho definiremos esta escala apenas como *esquerda-direita*.

Na escala vertical encontra-se a escala social, que definiremos como liberalismo-conservadorismo. Deixando de lado a discussão econômica - já presente na primeira escala - para nós o foco do conservadorismo encontra-se na tradição, nos costumes e na continuidade, partindo de uma ideia de uma “ordem moral” histórica/nacional que deve ser respeitada. Já os liberais possuem uma visão mais progressista, inclusiva, de defesa de minorias e multicultural

Entendemos que quanto mais próximo do centro de ambas as escalas, mais abstrato se torna o programa de governo analisado, já que se afasta dos embates concretos presentes nos extremos. Já programas de coalizões *policy seeking* sugerem justamente o contrário: a defesa de propostas concretas costuma representar uma aproximação dos extremos (independente da direção).

As categorias analíticas estão inseridas em 7 (sete) domínios (1.Relações exteriores; 2.Liberdade e Democracia; 3.Sistema Político; 4.Economia; 5.Bem-estar; 6.Qualidade de vida; 7.Estrutura da sociedade).

Dentro da lógica acima exposta, classificaremos como categorias que expressam posicionamento à esquerda as seguintes: Anti-Imperialismo (103), Regulação do Mercado (403), Planejamento Econômico (404), Corporativismo (405), Protecionismo: positivo (406), Gerenciamento Keynesiano da Demanda (409); Economia controlada (412); Nacionalização (413); Análise marxista (415); Controle do crescimento (416); Justiça social (503); Expansão do Welfare State (504); Classes trabalhadoras: positivo (701); Agricultura familiar; reforma agrária (704).

As categorias selecionadas como indicativas de posicionamento à direita são as seguintes: Eficiência Governamental e Administrativa (303), Livre Iniciativa (401), Incentivos (402), Protecionismo: negativo (407), Ortodoxia econômica (414); Limitação do Welfare State (505); Classes trabalhadoras: negativo (702); Agricultura, Agronegócio (703); Classe média e grupos profissionais (705)

Na escala conservadorismo-progressismo, são indicativas de posicionamento conservador as categorias: Forças Armadas: positivo (104); Internacionalismo: negativo (109); Estilo nacional de vida e comportamento: positivo (601); Moralidade tradicional: positivo (603); Harmonia social (606); Multiculturalismo: negativo (608).

São indicativas de posicionamento liberal: Forças Armadas: negativo (105); Internacionalismo: positivo (107); Liberdades e Direitos Humanos (201); Democracia (202); Proteção ambiental (501); estilo nacional de vida e comportamento: negativo (602); Moralidade tradicional: negativo (604); Multiculturalismo: positivo (607); Minorias desprivilegiadas (706); Grupos demográficos não-econômicos (707). Segundo o manual de codificação do MRG (2014), o processo de codificação dos textos compreende duas fases, descritas abaixo:

a) **Unitização**: quantas declarações únicas (de um mesmo tema) estão contidas nos documentos analisados?

b) **Codificação**: como classificamos essas declarações?

Dentro dessa lógica, vale destacar algumas regras do processo:

b.1 Que partes de um programa de governo devem ser unitizadas e codificadas?

Todo o corpo de texto de um programa de governo precisa ser unitizado e codificado. Entretanto, algumas partes do programa não devem ser consideradas como corpo de texto. Estas podem ser divididos em duas categorias: a) capítulo e títulos de seções; e b) estatísticas, tabelas de conteúdo e observações introdutórias (por exemplo, pelos líderes partidários), que devem ser ignoradas.

b.2 Unitizando – Estabelecendo as *quasi-sentenças*

A unidade de codificação é uma *quasi-sentença*. Uma *quasi-sentença* contém exatamente uma declaração ou "mensagem". Em muitos casos, os partidos fazem uma declaração por sentença, o que resulta em um *quasi-sentença* igualando uma sentença completa. Portanto, a regra básica da unitização é que uma sentença é, no mínimo, uma *quasi-sentença*. Em nenhum caso duas ou mais sentenças formam um *quasi-sentença*. Há, no entanto, casos em que uma sentença contém mais de uma *quasi-sentença*.

b.3 O processo de codificação

As seguintes perguntas são fundamentais para a tomada de decisões de atribuição de códigos para as *quasi-sentenças*: Quais são as declarações do partido ou do candidato? Que posições políticas o partido transmite? A fim de tomar essa decisão, os codificadores precisam se certificar de que eles entendem o que o partido diz. Portanto, é essencial ler cada frase isoladamente, com muito cuidado.

Muitas vezes os atores políticos são muito claros em suas declarações e sinceramente dizem o que eles buscam: mais de uma coisa, menos de outra. Neste caso, a atribuição de códigos é simples: codificadores identificam a mensagem e atribuem a ela a categoria correspondente. Ao consultar o esquema de categorias, é importante ter em mente que as definições das categorias não são exaustivas. Elas são destinadas a dar uma noção geral e, nesse sentido, não são limitadas à exatidão de suas definições.

Há, no entanto, momentos em que essas declarações não são muito claras e são mais difíceis de codificar. Ao enfrentar uma sentença ambígua, os codificadores devem sempre pensar primeiro sobre o significado da mensagem.

O manual de codificação de MRG traz o processo detalhado que utilizamos nesse trabalho, com uma infinidade de regras para casos específicos que auxiliam muito o trabalho do decodificador. Para os interessados em pesquisa de documentos partidários utilizando a análise de conteúdo, sugerimos a leitura. Para tanto, disponibilizaremos o documento como anexo deste trabalho.

O referido processo de codificação será aplicado aos programas de governo elaborados e apresentados durante as 7 (sete) eleições presidenciais disputadas por coalizões eleitorais lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (período 1989-2010), a fim de investigar a variação programática desses programas (em nossa hipótese, da esquerda para o centro).

4. ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PT: 1989 A 2010

Com base na metodologia apresentada, foram analisados os programas de governo elaborados e apresentados durante 5 (cinco) eleições presidenciais disputadas pelo Partido dos Trabalhadores (período 1989-2010), conforme quadro abaixo:

Quadro 1. Programas de Governo analisados

| Eleição | Documento | Coligação | Fonte |
|---------|--|---|---|
| 1989 | As bases do Plano Alternativo de Governo – Síntese Popular | Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB) | http://novo.fpabramo.org.br/content/programas-de-governo-pt |
| 1998 | Diretrizes do programa de Governo - 1998 | União do Povo/ Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCB, PCdoB) | http://novo.fpabramo.org.br/content/programas-de-governo-pt |
| 2002 | Programa de Governo de 2002 | Coligação Lula Presidente – um Brasil para todos. (PT, PCB, PCdoB, PL, PMN). | http://novo.fpabramo.org.br/content/programas-de-governo-pt |
| 2006 | Lula de novo com a força do povo. Lula Presidente – Programa De Governo 2007/2010 | Coligação A Força do Povo (PT, PCdoB, PRB, PL) | http://novo.fpabramo.org.br/content/programas-de-governo-pt |
| 2010 | Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira | Coligação Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR), PSB, PSC, PTC, PTN) | http://novo.fpabramo.org.br/content/programas-de-governo-pt |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Os resultados da análise textual estão expressos em percentuais. A posição nas duas escalas corresponde a um número que representa a subtração da proporção do texto dos

programas dedicado às categorias de esquerda (e liberalismo) da proporção de texto dedicado às categorias de direita (conservadorismo).

Valores negativos representam posições de esquerda/liberais e valores positivos posições de direita/conservadoras. Por exemplo, um texto que possua 30% de seu conteúdo dedicado a categorias de esquerda ou liberais (-30) e 70% a categorias de direita ou conservadoras possuiria a posição + 40 na escala ($70-30 = 40$).

Vale destacar novamente as categorias que expressam os posicionamentos em ambas as escalas. Lembramos ainda que as descrições de cada uma delas encontram-se na seção metodológica.

Expressam posicionamento à esquerda as seguintes: Anti-Imperialismo (103), Regulação do Mercado (403), Planejamento Econômico (404), Corporativismo (405), Protecionismo: positivo (406), Gerenciamento Keynesiano da Demanda (409); Economia controlada (412); Nacionalização (413); Análise marxista (415); Controle do crescimento (416); Justiça social (503); Expansão do Welfare State (504); Classes trabalhadoras: positivo (701); Agricultura familiar; reforma agrária (704).

As categorias selecionadas como indicativas de posicionamento à direita são as seguintes: Eficiência Governamental e Administrativa (303), Livre Iniciativa (401), Incentivos (402), Protecionismo: negativo (407), Ortodoxia econômica (414); Limitação do Welfare State (505); Classes trabalhadoras: negativo (702); Agricultura, Agronegócio (703); Classe média e grupos profissionais (705).

Na escala conservadorismo-progressismo, são indicativas de posicionamento conservador as categorias: Forças Armadas: positivo (104); Internacionalismo: negativo (109); Estilo nacional de vida e comportamento: positivo (601); Moralidade tradicional: positivo (603); Harmonia social (606); Multiculturalismo: negativo (608).

São indicativas de posicionamento liberal: Forças Armadas: negativo (105); Internacionalismo: positivo (107); Liberdades e Direitos Humanos (201); Democracia (202); Proteção ambiental (501); Estilo nacional de vida e comportamento: negativo (602); Moralidade tradicional: negativo (604); Multiculturalismo: positivo (607); Minorias desprivilegiadas (706); Grupos demográficos não-econômicos (707).

Em todos os programas, apresentaremos os resultados a partir do ranking de categorias, em ordem decrescente, partindo daquelas que compreendem o maior percentual de texto.

4.1 Programa de Governo de 1989

Quadro 2 Frequência e classificação das quase sentenças (1989)

| Frequência (n° de quase sentenças) | Categoria | Nome da categoria | Classificação da categoria | Percentual de texto dedicado à categoria |
|------------------------------------|-----------|---|----------------------------|--|
| 64 | 0 | - | <i>Catch-all</i> | 21,77% |
| 27 | 415 | Análise marxista | Esquerda | 9,18% |
| 25 | 707 | Minorias desprivilegiadas | Liberal | 8,50% |
| 18 | 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Esquerda | 6,12% |
| 16 | 202 | Democracia | Liberal | 5,44% |
| 15 | 103 | Anti-Imperialismo | Esquerda | 5,10% |
| 15 | 403 | Regulação do Mercado | Esquerda | 5,10% |
| 13 | 413 | Nacionalização | Esquerda | 4,42% |
| 12 | 105 | Forças Armadas:negativo | Liberal | 4,08% |
| 11 | 201 | Liberdades e Direitos Humanos | Liberal | 3,74% |
| 11 | 504 | Expansão do Welfare State | Esquerda | 3,74% |
| 10 | 501 | Proteção ambiental | Liberal | 3,40% |
| 7 | 411 | Tecnologia e Infraestrutura | <i>Catch-all</i> | 2,38% |
| 6 | 416 | Controle do crescimento | Esquerda | 2,04% |
| 6 | 503 | Justiça social | Esquerda | 2,04% |
| 5 | 705 | Classe média e grupos profissionais | Liberal | 1,70% |
| 4 | 303 | Eficiência Governamental e Administrativa | Direita | 1,36% |
| 4 | 404 | Planejamento Econômico | Esquerda | 1,36% |
| 4 | 408 | Metas Econômicas | <i>Catch-all</i> | 1,36% |
| 4 | 412 | Economia controlada | Esquerda | 1,36% |
| 4 | 506 | Expansão da Educação | <i>Catch-all</i> | 1,36% |
| 2 | 306 | <i>Instituições do sistema político</i> | <i>Catch-all</i> | 0,68% |
| 2 | 704 | Agricultura familiar | Esquerda | 0,68% |
| 1 | 204 | Constitucionalismo: negativo | <i>Catch-all</i> | 0,34% |
| 1 | 304 | Corrupção | <i>Catch-all</i> | 0,34% |
| 1 | 405 | Corporativismo | Esquerda | 0,34% |

| | | | | |
|-------------|-----|-------------------------------------|------------------|--------------|
| 1 | 409 | Gerenciamento Keynesiano da demanda | Esquerda | 0,34% |
| 1 | 410 | Produtividade | <i>Catch-all</i> | 0,34% |
| 1 | 502 | Cultura | <i>Catch-all</i> | 0,34% |
| 1 | 607 | Multiculturalismo: positivo | Liberal | 0,34% |
| Total = 294 | - | - | - | Total = 100% |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala esquerda/direita:

Quadro 3 Posição na escala esquerda –direita (1989)

| Percentual esquerda | Percentual direita | Posição na escala |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| 41,84 | 1,36 | -40,48 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

O programa de governo da coalizão Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB), lançado no ano de 1989, está ideologicamente posicionado no quadrante inferior-esquerdo, classificado como liberal (eixo y) e esquerda (eixo x).

Vale destacar alguns expressivos percentuais de texto dedicados a categorias de esquerda. Impressiona o fato de quase 10% do texto (9,18%) estar dedicado a Análise Marxista, categoria fortemente vinculada ao marxismo-leninismo (415; referências ao uso específico da terminologia marxista-leninista). Merecem destaque também os 6,12% dedicados a Classe Trabalhadora: Positivo (701; referências favoráveis a questões como direitos de trabalhadores e apoio a sindicatos) e os 5,10% dedicados a Anti-Imperialismo (103; referências negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império) e Regulação do Mercado (403; necessidade de regulações estatais para fazer empresas funcionarem melhor).

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala liberalismo/conservadorismo:

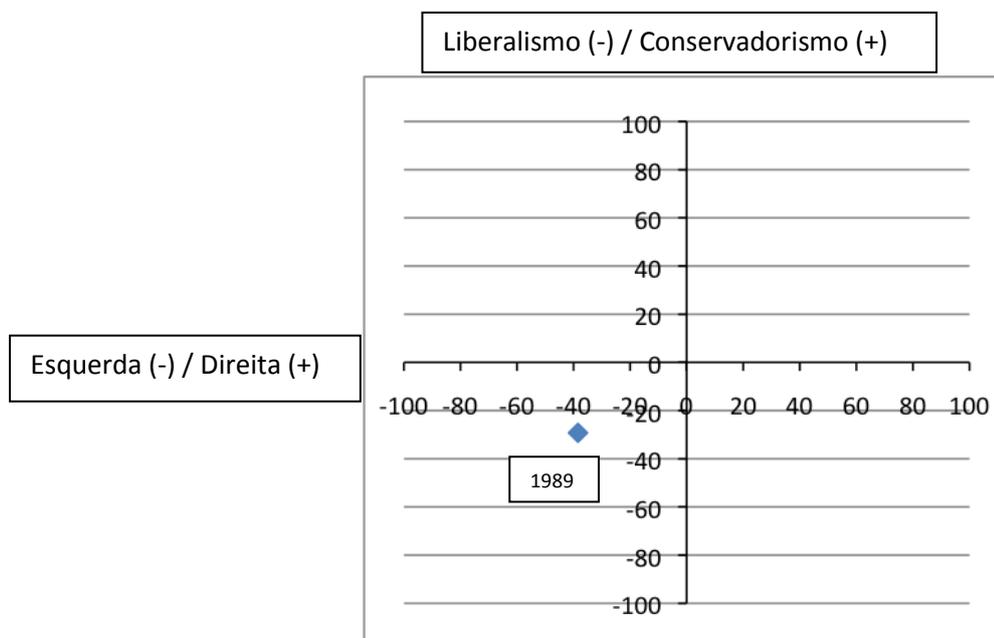
Quadro 4 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (1989)

| Percentual liberalismo | Percentual conservadorismo | Posição na escala |
|------------------------|----------------------------|-------------------|
| 27,21 | 0 | -27,21 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

No caso da escala liberal, merecem destaque os 8,50% dedicados a Grupos demográficos não-econômicos (707; referências favoráveis a minorias diversas), os 5,44% dedicados a Democracia (202; menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível) e os 4,08% dedicados a Forças Armadas: negativo (105; Menções favoráveis à redução de gastos militares). Com exceção da categoria 105, as outras (707 e 202) são presença constante em todos os planos dentro da escala liberal, como veremos mais à frente.

Gráfico 2 Classificação no quadrante (1989)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Diante da inexpressividade dos resultados das categorias de direita e conservadora neste plano, não destacaremos aqui nenhum de seus percentuais.

4.2 Programa de Governo de 1998

Quadro 5 Frequência e classificação das quase sentenças (1998)

| Frequência (n° de quase sentenças) | Categoria | Nome da categoria | Classificação da categoria | Percentual de texto dedicado à categoria |
|------------------------------------|-----------|---|----------------------------|--|
| 75 | 0 | | <i>Catch-all</i> | 39,47% |
| 13 | 504 | Expansão do <i>Welfare State</i> | Esquerda | 6,84% |
| 9 | 415 | Análise marxista | Esquerda | 4,74% |
| 9 | 503 | Justiça social | Esquerda | 4,74% |
| 8 | 506 | Expansão da Educação | <i>Catch-all</i> | 4,21% |
| 7 | 502 | Cultura | <i>Catch-all</i> | 3,68% |
| 7 | 704 | Agricultura familiar | Esquerda | 3,68% |
| 6 | 412 | Economia controlada | Esquerda | 3,16% |
| 6 | 605 | Lei e Ordem | <i>Catch-all</i> | 3,16% |
| 6 | 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Esquerda | 3,16% |
| 5 | 202 | Democracia | Liberal | 2,63% |
| 5 | 408 | Metas Econômicas | <i>Catch-all</i> | 2,63% |
| 5 | 409 | Gerenciamento Keynesiano da demanda | Esquerda | 2,63% |
| 5 | 501 | Proteção ambiental | Liberal | 2,63% |
| 3 | 707 | Grupos demográficos não-econômicos | Liberal | 1,58% |
| 2 | 103 | Anti-Imperialismo | Esquerda | 1,05% |
| 2 | 107 | Internacionalismo: positivo | Liberal | 1,05% |
| 2 | 301 | Descentralização | <i>Catch-all</i> | 1,05% |
| 2 | 304 | Corrupção | <i>Catch-all</i> | 1,05% |
| 2 | 306 | Instituições do sistema político | <i>Catch-all</i> | 1,05% |
| 2 | 406 | Protecionismo: positivo | Esquerda | 1,05% |
| 1 | 303 | Eficiência Governamental e Administrativa | Direita | 0,53% |
| 1 | 402 | Incentivos | Direita | 0,53% |
| 1 | 404 | Planejamento | Esquerda | 0,53% |

| | | | | |
|-------------|-----|-----------------------------|------------------|--------------|
| | | Econômico | | |
| 1 | 411 | Tecnologia e Infraestrutura | <i>Catch-all</i> | 0,53% |
| 1 | 302 | Centralização | <i>Catch-all</i> | 0,53% |
| Total = 190 | - | - | - | Total = 100% |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala esquerda/direita:

Quadro 6 Posição na escala esquerda –direita (1998)

| Percentual esquerda | Percentual direita | Posição na escala |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| -31,58 | 1,05 | -30,53 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Assim como sua antecessora, a coalizão União do Povo/ Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCB, PCdoB) publicou um programa no ano de 1998 que também encontra-se no quadrante inferior esquerda, classificado como liberal (eixo y) e esquerda (eixo x). Vale destacar, entretanto, que ambas as posições, ainda que mantidas, são mais moderadas que aquelas encontradas em 1989, e portanto, mais próximas ao centro.

No caso da escala de esquerda, o protagonismo da categoria Análise Marxista (415) perde força, dando lugar à categoria Expansão do Welfare State (504; Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação) como líder do ranking. Outra categoria que cai de posição é Classe Trabalhadora: positivo (701), dando lugar à categoria Justiça Social (503; Conceito de igualdade; necessidade de tratamento justo de todas as pessoas; inclui referências a: concentração de renda, medidas distributivas, inclusão social, ação afirmativa, redução das desigualdades).

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala liberalismo/conservadorismo:

Quadro 7 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (1998)

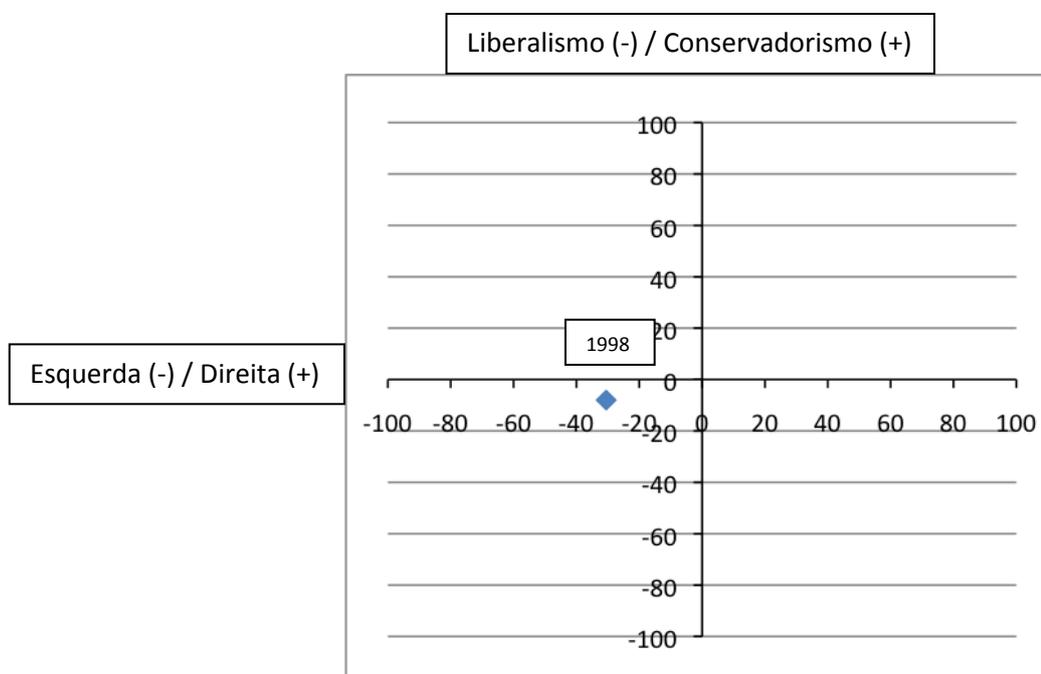
| Percentual liberalismo | Percentual conservadorismo | Posição na escala |
|------------------------|----------------------------|-------------------|
|------------------------|----------------------------|-------------------|

| | | |
|-------|---|-------|
| -7,89 | 0 | -7,89 |
|-------|---|-------|

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

No caso da escala liberal, as categorias Grupos Demográficos não-econômicos (707) e Democracia (202), ao lado na novidade Proteção Ambiental (501) lideram o ranking. Vale apontar o desaparecimento da categoria de Forças Armadas: Negativo (104), provavelmente explicado pelo distanciamento temporal do fim do regime militar no Brasil, que em 1989 ainda estava muito recente.

Gráfico 3 Classificação no quadrante (1998)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Também é interessante notar que, em termos percentuais, ainda que ambas as categorias (esquerda e liberalismo) perdem importância no programa de 1989, com a primeira perdendo 10 pontos percentuais e a segunda 20. Nota-se que essa perda é integralmente capturada pelo conjunto das categorias *catch-all*, que cresce aproximadamente 30 pontos percentuais.

Assim como no programa de 1989, a soma das categorias de direita e conservadora neste plano são inexpressivas, não merecendo nenhum destaque em relação a seus percentuais.

4.3 Programa de Governo de 2002

Quadro 8 Frequência e classificação das quase sentenças (2002)

| Frequência (nº de quase sentenças) | Categoria | Nome da categoria | Classificação da categoria | Percentual de texto dedicado à categoria |
|------------------------------------|-----------|---|----------------------------|--|
| 518 | 0 | | <i>Catch-all</i> | 54,30% |
| 82 | 504 | Expansão do Welfare State | Esquerda | 8,60% |
| 58 | 411 | Tecnologia e Infraestrutura | <i>Catch-all</i> | 6,08% |
| 43 | 301 | Descentralização | <i>Catch-all</i> | 4,51% |
| 25 | 408 | Metas Econômicas | <i>Catch-all</i> | 2,62% |
| 21 | 402 | Incentivos | Direita | 2,20% |
| 20 | 202 | Democracia | Liberal | 2,10% |
| 19 | 303 | Eficiência Governamental e Administrativa | Direita | 1,99% |
| 18 | 107 | Internacionalismo: positivo | Liberal | 1,89% |
| 16 | 707 | Grupos demográficos não-econômicos | Liberal | 1,68% |
| 11 | 501 | Proteção ambiental | Liberal | 1,15% |
| 10 | 410 | Produtividade | <i>Catch-all</i> | 1,05% |
| 10 | 506 | Expansão da Educação | <i>Catch-all</i> | 1,05% |
| 10 | 704 | Agricultura familiar | Esquerda | 1,05% |
| 8 | 401 | Livre Iniciativa | Direita | 0,84% |
| 8 | 404 | Planejamento Econômico | Esquerda | 0,84% |
| 8 | 414 | Ortodoxia econômica | Direita | 0,84% |
| 8 | 502 | Cultura | <i>Catch-all</i> | 0,84% |
| 8 | 503 | Justiça social | Esquerda | 0,84% |
| 7 | 109 | Internacionalismo: negativo | Conservador | 0,73% |
| 7 | 306 | Instituições do sistema político | <i>Catch-all</i> | 0,73% |
| 5 | 104 | Forças Armadas: positivo | Conservador | 0,52% |
| 4 | 304 | Corrupção | <i>Catch-all</i> | 0,42% |
| 4 | 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Esquerda | 0,42% |
| 4 | 703 | Agricultura, Agronegócio | Direita | 0,42% |
| 3 | 201 | Liberdades e Direitos Humanos | Liberal | 0,31% |
| 3 | 413 | Nacionalização | Esquerda | 0,31% |

| | | | | |
|--------|-----|-----------------------------|------------------|--------------|
| 3 | 605 | Lei e Ordem | <i>Catch-all</i> | 0,31% |
| 2 | 403 | Regulação do Mercado | Esquerda | 0,21% |
| 2 | 505 | Limitação do Welfare State | Direita | 0,21% |
| 1 | 412 | Economia controlada | Esquerda | 0,10% |
| 1 | 607 | Multiculturalismo: positivo | Liberal | 0,10% |
| N= 954 | - | - | - | Total = 100% |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala esquerda/direita:

Quadro 9 Posição na escala esquerda-direita (2006)

| Percentual esquerda | Percentual direita | Posição na escala |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| - 12,46% | 6,55% | -5,91 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

A grande transformação programática no ano de 2002 dá-se na escala esquerda-direita. Aqui vale destacar o completo desaparecimento da categoria Análise Marxista (415), ao lado da consolidação e fortalecimento da categoria Expansão do Welfare State (504) como grande protagonista do ranking, demonstrando uma mudança do perfil programático dos programas, ainda que permaneçam à esquerda da escala.

Aparecem com consistência, pela primeira vez, resultados que podem ser classificados em categorias de direita, representando um total de quase 7% do total de texto. Dessas, destacamos as seguintes: Incentivos (402; necessidade de incentivos diversos para o investimento privado); Livre Iniciativa (401; menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa); Eficiência Governamental e Administrativa (303; Demanda por eficiência e economia no governo e na administração; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo) e Ortodoxia econômica (414; necessidade de ortodoxia econômica tradicional, p. e. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômica tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte).

Esse resultado coaduna-se com as mudanças de postura relativa à política econômica por parte das coalizões lideradas pelo PT, que antes crítico de políticas ortodoxas e

do tripé macroeconômico (flutuação do câmbio, metas de inflação e geração de um superávit primário), propôs sua manutenção a partir de 2002, visando acalmar o mercado financeiro e produtivo frente à vitória nas urnas.

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala liberalismo/conservadorismo:

Quadro 10 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2002)

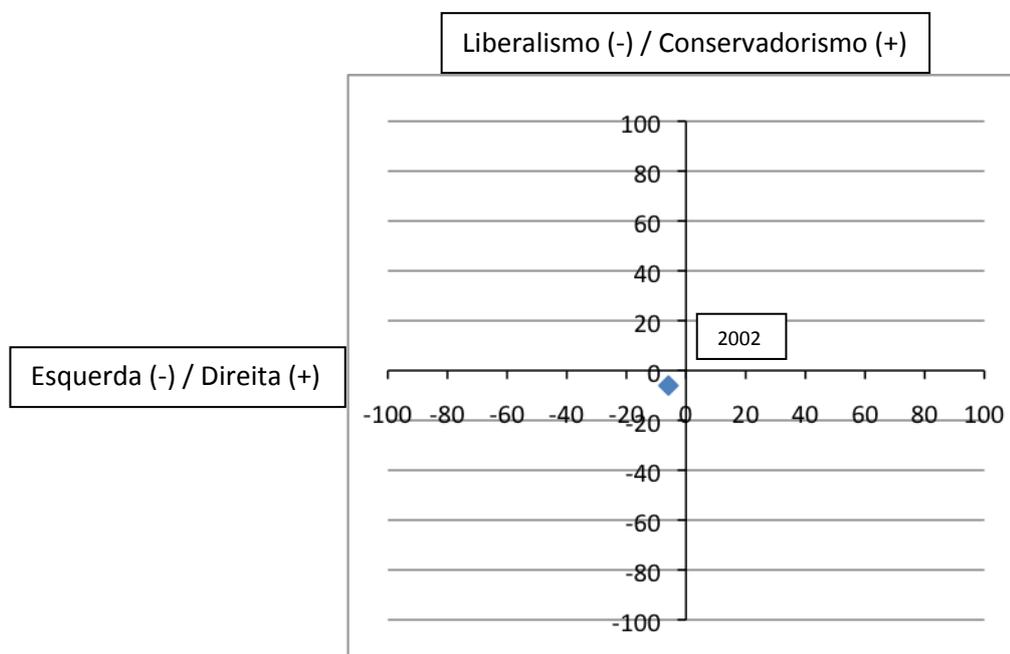
| Percentual liberalismo | Percentual conservadorismo | Posição na escala |
|-------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| -7,29 | 1,27 | -6,02 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Na escala liberal os resultados são muito parecidos com de 1998, tanto em número percentual como na distribuição das categorias. Democracia (202), Grupos Demográficos não-econômicos (707) e Proteção Ambiental (501), permanecem à frente do ranking, ao lado da novidade Internacionalismo: positivo (109; Necessidade de cooperação internacional; cooperação com países específicos que não os Estados Unidos; necessidade de ajuda a países em desenvolvimento).

A soma das categorias conservadoras permanece inexpressiva, não merecendo nenhum destaque em relação a seus percentuais.

Gráfico 4 Classificação no quadrante (2002)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

O programa de governo da coalizão um Brasil para todos (PT, PCB, PCdoB, PL, PMN), publicado no ano de 2002, também está localizado no quadrante inferior-esquerdo, de classificação de esquerda e liberal, mas muito próximo ao centro de ambas as escalas ideológicas. Quando comparado com os resultados de 1989 e 1998, essa posição expressa uma estratégia agressiva de aproximação do centro, principalmente no eixo horizontal (escala direita-esquerda), o que em parte pode explicar a vitória eleitoral ocorrida neste ano.

4.4 Programa de Governo de 2006

Quadro 11 Frequência e classificação das quase sentenças (2006)

| Frequência (nº de quase sentenças) | Categoria | Nome da categoria | Classificação da categoria | Percentual de texto dedicado à categoria |
|------------------------------------|-----------|---------------------------|----------------------------|--|
| 141 | 0 | - | <i>Catch-all</i> | 30,26% |
| 48 | 504 | Expansão do Welfare State | Esquerda | 10,30% |
| 48 | 411 | Tecnologia e | <i>Catch-all</i> | 10,30% |

| | | | | |
|---------|-----|---|------------------|--------------|
| | | Infraestrutura | | |
| 38 | 707 | Grupos demográficos não-econômicos | Liberal | 8,15% |
| 35 | 202 | Democracia | Liberal | 7,51% |
| 15 | 501 | Proteção ambiental | Liberal | 3,22% |
| 14 | 402 | Incentivos | Direita | 3,00% |
| 13 | 303 | Eficiência Governamental e Administrativa | Direita | 2,79% |
| 13 | 408 | Metas Econômicas | <i>Catch-all</i> | 2,79% |
| 13 | 506 | Expansão da Educação | <i>Catch-all</i> | 2,79% |
| 11 | 304 | Corrupção | <i>Catch-all</i> | 2,36% |
| 10 | 706 | Minorias desprivilegiadas | Liberal | 2,15% |
| 9 | 605 | Lei e Ordem | <i>Catch-all</i> | 1,93% |
| 8 | 201 | Liberdades e Direitos Humanos | Liberal | 1,72% |
| 8 | 502 | Cultura | <i>Catch-all</i> | 1,72% |
| 7 | 107 | Internacionalismo: positivo | Liberal | 1,50% |
| 6 | 503 | Justiça social | Esquerda | 1,29% |
| 4 | 104 | Forças Armadas: positivo | Conservador | 0,86% |
| 4 | 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Esquerda | 0,86% |
| 3 | 301 | Descentralização | <i>Catch-all</i> | 0,64% |
| 3 | 404 | Planejamento Econômico | Esquerda | 0,64% |
| 3 | 410 | Produtividade | <i>Catch-all</i> | 0,64% |
| 3 | 414 | Ortodoxia econômica | Direita | 0,64% |
| 2 | 306 | Instituições do sistema político | <i>Catch-all</i> | 0,43% |
| 2 | 703 | Agricultura, Agronegócio | Direita | 0,43% |
| 2 | 704 | Agricultura familiar; reforma agrária | Esquerda | 0,43% |
| 1 | 106 | Paz | <i>Catch-all</i> | 0,21% |
| 1 | 109 | Internacionalismo: negativo | Conservador | 0,21% |
| 1 | 406 | Protecionismo: positivo | Esquerda | 0,21% |
| Total = | - | - | | Total = 100% |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala esquerda/direita:

Quadro 12 Posição na escala esquerda-direita (2006)

| Percentual esquerda | Percentual direita | Posição na escala |
|---------------------|--------------------|-------------------|
|---------------------|--------------------|-------------------|

| | | |
|--------|------|-------|
| -13,73 | 6,87 | -6,87 |
|--------|------|-------|

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Na escala esquerda-direita, não se observa nenhuma alteração significativa em relação a 2002, dada a manutenção da liderança da categoria Expansão do *Welfare State* (504), com um percentual de mais de 10% do total do texto.

Aparecem com consistência, novamente, resultados que podem ser classificados em categorias de direita, representando um total de quase 7% do total de texto. Dessas, destacamos as de Incentivos (402; necessidade de incentivos diversos para o investimento privado) e de Eficiência Governamental e Administrativa (303; Demanda por eficiência e economia no governo e na administração; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo).

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala liberalismo/conservadorismo:

Quadro 13 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2006)

| Percentual liberalismo | Percentual conservadorismo | Posição na escala |
|------------------------|----------------------------|-------------------|
| 24,25 | 1,07 | -23,18 |

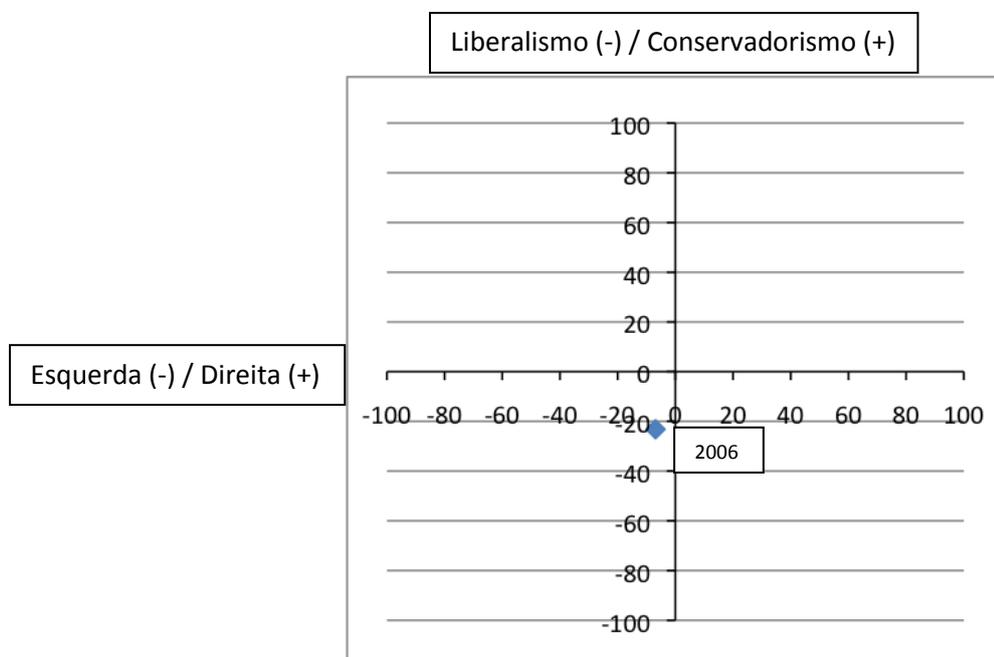
Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

O programa de governo de 2006, publicado pela coalizão A Força do Povo (PT, PCdoB, PRB, PL) também está ideologicamente posicionado no quadrante inferior-esquerdo, classificado como liberal (eixo y) e esquerda (eixo x). Os resultados desse programa são muito parecidos com os de seu antecessor, de 2002, dada a proximidade de ambos do centro da escala ideológica, principalmente no eixo esquerda-direita.

A grande diferença entre os dois está no percentual de texto dedicado às categorias liberais, que passam de um total de 6% no programa de 2002 pra um total de 23% no de 2006. Entretanto, a distribuição das categorias nessa escala permanece quase a mesma, com Grupos demográficos não-econômicos (707), Democracia (202) e Proteção ambiental (501) liderando o ranking. Uma possível explicação para esse fato incremento dá-se na diminuição do percentual catch-all, que caiu 20 pontos percentuais em relação ao resultado de 2002, deslocados em sua quase totalidade para categorias liberais (as mesmas de 2002, conforme já visto).

A soma das categorias conservadoras permanece inexpressiva, não merecendo nenhum destaque em relação a seus percentuais

Gráfico 5 Classificação no quadrante (2006)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

4.5 Programa de Governo de 2010

Quadro 14 Frequência e classificação das quase sentenças (2010)

| Frequência (nº de quase sentenças) | Categoria | Nome da categoria | Classificação da categoria | Percentual de texto dedicado à categoria |
|------------------------------------|-----------|-----------------------------|----------------------------|--|
| 85 | 0 | - | <i>Catch-all</i> | 32,82% |
| 21 | 411 | Tecnologia e Infraestrutura | <i>Catch-all</i> | 8,11% |
| 19 | 504 | Expansão do Welfare State | Esquerda | 7,34% |
| 18 | 506 | Expansão da Educação | <i>Catch-all</i> | 6,95% |
| 13 | 202 | Democracia | Liberal | 5,02% |
| 12 | 502 | Cultura | <i>Catch-all</i> | 4,63% |
| 11 | 501 | Proteção ambiental | Liberal | 4,25% |
| 10 | 107 | Internacionalismo: positivo | Liberal | 3,86% |
| 9 | 201 | Liberdades e | Liberal | 3,47% |

| | | | | |
|------------|-----|---------------------------------------|------------------|--------------|
| | | Direitos Humanos | | |
| 7 | 503 | Justiça social | Esquerda | 2,70% |
| 7 | 605 | Lei e Ordem | <i>Catch-all</i> | 2,70% |
| 7 | 707 | Grupos demográficos não-econômicos | Liberal | 2,70% |
| 5 | 301 | Descentralização | <i>Catch-all</i> | 1,93% |
| 5 | 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Esquerda | 1,93% |
| 4 | 408 | Metas Econômicas | <i>Catch-all</i> | 1,54% |
| 3 | 106 | Paz | <i>Catch-all</i> | 1,16% |
| 3 | 306 | Instituições do sistema político | <i>Catch-all</i> | 1,16% |
| 2 | 402 | Incentivos | Direita | 0,77% |
| 2 | 404 | Planejamento Econômico | Esquerda | 0,77% |
| 2 | 704 | Agricultura familiar; reforma agrária | Esquerda | 0,77% |
| 1 | 104 | Forças Armadas: positivo | Conservador | 0,39% |
| 1 | 109 | Internacionalismo: negativo | Conservador | 0,39% |
| 1 | 304 | Corrupção | <i>Catch-all</i> | 0,39% |
| Total =259 | - | - | - | Total = 100% |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala esquerda/direita:

Quadro 15 Posição na escala esquerda-direita (2010)

| Percentual esquerda | Percentual direita | Posição na escala |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| -13,51 | 0,77 | -12,74 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

O programa de governo da coalizão Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR), lançado no ano de 2010, está ideologicamente posicionado no quadrante inferior-esquerdo, classificado como liberal (eixo y) e esquerda (eixo x), consolidando este como o quadrante de todos programas aqui analisados.

Na escala esquerda-direita, não se observa nenhuma alteração significativa em relação a 2002 e 2006, dada a permanência da categoria Expansão do Welfare State (504),

com um percentual de mais de 7% do total do texto dedicado a essa categoria, um pouco menor do que o total de 10% do ano de 2006, mas ainda bastante expressivo.

A seguir, apresentamos os percentuais e a posição da escala liberalismo/conservadorismo:

Quadro 16 Posição na escala liberalismo-conservadorismo (2010)

| Percentual liberalismo | Percentual conservadorismo | Posição na escala |
|-------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| -19,31 | 0,77 | -18,54 |

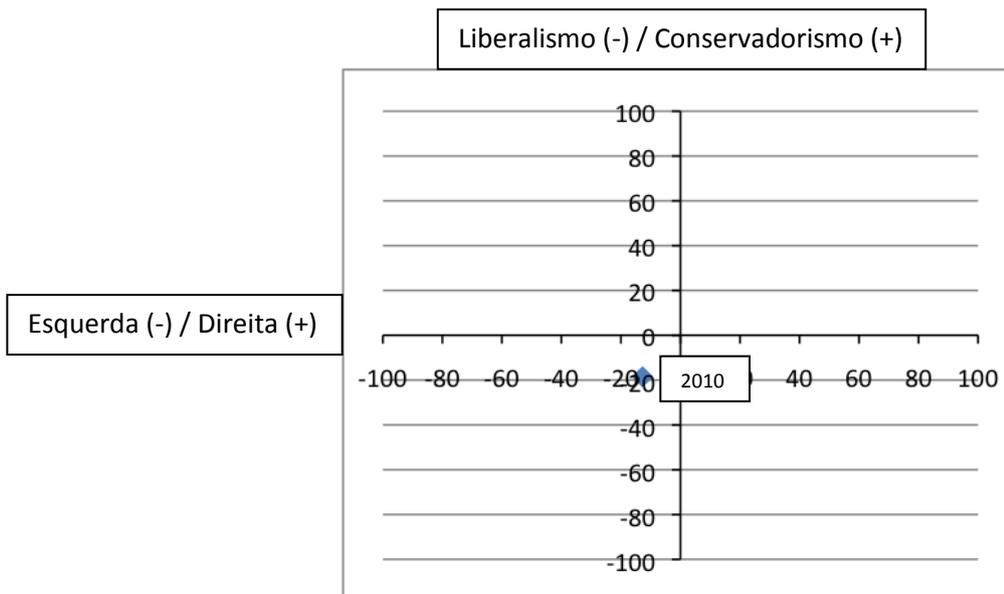
Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Na escala liberal, há uma manutenção da importância do tema quando comparado a 2006, mas com uma pequena diferença na distribuição de categorias. Embora as categorias Democracia (202) e Proteção ambiental (501) permaneçam na liderança, a categoria Grupos demográficos não-econômicos (707) é ultrapassada por outras duas: Internacionalismo: positivo (107) e a novidade Liberdades e Direitos Humanos (201; Menções favoráveis à importância da liberdade pessoal e direitos civis; liberdade em relação ao controle burocrático; liberdade de expressão; liberdade em relação à coerção nas esferas política e econômica; individualismo. Acesso livre à informação, imprensa livre, comunicação democrática, liberdade de associação).

De qualquer modo, seja qual for a ótica utilizada, percebe-se uma imensa correlação no bloco de questões afetas ao liberalismo em quase todos os programas, consolidando alguns desses temas como bandeiras das coalizões lideradas pelo PT, com destaque para a defesa de minorias e para a democracia

Em relação aos temas da direita e do conservadorismo, diferentemente dos seus dois antecessores, o programa de 2010 não apresenta um percentual de texto expressivo para nenhuma dessas categorias. Uma das possíveis explicações é o tamanho do texto, muito mais curto que todos os outros, o que exigiria maior priorização em alguns temas em detrimento de outros. Outra possível explicação é a mudança de candidato (Dilma ao invés de Lula), o que poderia gerar também algumas mudanças temáticas.

Gráfico 6 Classificação no quadrante (2010)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

4.6. Conclusão: Análise dos resultados consolidados

Quadro 17. Categorias indicativas de posição liberal

| Programa/ Categoria | 105 | 107 | 201 | 202 | 501 | 602 | 604 | 607 | 706 | 707 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|----------|----------|-------------|-------------|--------------|
| 1989 | 4,08 | - | 3,74 | 5,44 | 3,40 | - | - | 0,34 | 1,7 | 8,5 |
| 1998 | - | 1,05 | - | 2,63 | 2,63 | - | - | - | - | 1,58 |
| 2002 | - | 1,9 | 0,32 | 2,11 | 1,16 | - | - | 0,11 | - | 1,69 |
| 2006 | - | 1,50 | 1,72 | 7,51 | 3,22 | - | - | - | 2,15 | 8,15 |
| 2010 | - | 3,86 | 3,47 | 5,02 | 4,25 | - | - | - | - | 2,7 |
| Total | 4,08 | 8,31 | 9,25 | 22,71 | 14,66 | - | - | 0,45 | 3,85 | 22,62 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Quadro 18. Categorias indicativas de posição conservadora (consolidado)

| Programa/ Categoria | 104 | 109 | 601 | 603 | 606 | 608 |
|------------------------|------|------|-----|-----|-----|-----|
| 1989 | - | - | - | - | - | - |
| 1998 | - | - | - | - | - | - |
| 2002 | 0,53 | 0,74 | - | - | - | - |
| 2006 | 0,86 | 0,21 | - | - | - | - |
| 2010 | 0,39 | 0,39 | - | - | - | - |
| Total | 1,78 | 1,34 | - | - | - | - |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Quadro 19. Posição da coalizão na escala Liberalismo- Conservadorismo (consolidado)

| Programa/Categoria | Liberalismo | Conservadorismo | Total |
|--------------------|-------------|-----------------|--------|
| 1989 | 29,25 | 0 | -29,25 |
| 1998 | -7,89 | 0 | -7,89 |
| 2002 | -7,29 | 1,27 | -6,02 |
| 2006 | -24,25 | 1,07 | -23,18 |
| 2010 | -19,31 | 0,77 | -18,54 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Quadro 20. Categorias indicativas de posição de direita (consolidado)

| Programa/ Categoria | 303 | 401 | 402 | 407 | 414 | 505 | 702 | 703 | 705 |
|------------------------|------|------|------|-----|------|------|-----|------|-----|
| 1989 | 1,36 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1998 | 0,53 | - | 0,53 | - | - | - | - | - | - |
| 2002 | 2,01 | 0,84 | 2,22 | - | 0,84 | 0,21 | - | 0,42 | - |
| 2006 | 2,79 | - | 3,00 | - | 0,64 | - | - | 0,43 | - |
| 2010 | - | - | 0,77 | - | - | - | - | - | - |
| Total | | 0,84 | 6,52 | - | 1,48 | 0,21 | - | 0,85 | - |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Quadro 21. Categorias indicativas de posição à esquerda (consolidado)

| Prog /Cat. | 103 | 403 | 404 | 405 | 406 | 409 | 412 | 413 | 415 | 416 | 503 | 504 | 701 | 704 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------------|------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| 1989 | 5,10 | 5,10 | 1,36 | 0,34 | - | 0,34 | 1,36 | 4,42 | 9,18 | 2,04 | 2,04 | 3,74 | 6,12 | 0,68 |
| 1998 | 1,05 | - | 0,53 | - | 1,05 | 2,63 | 3,16 | - | 4,74 | - | 4,74 | 6,84 | 3,16 | 3,68 |
| 2002 | - | 0,21 | 0,84 | - | - | - | 0,11 | 0,32 | - | - | 0,84 | 8,66 | 0,42 | 1,06 |
| 2006 | - | - | 0,64 | - | 0,21 | - | - | - | - | - | 1,29 | 10,3 | 0,86 | 0,43 |
| 2010 | - | - | 0,77 | - | - | - | - | - | - | - | 2,70 | 7,34 | 1,93 | 0,77 |
| Total | 6,15 | 6,31 | | 0,34 | 1,26 | 2,97 | | 4,74 | 13,92 | 2,04 | 11,61 | 36,9 | 12,4 | 6,62 |

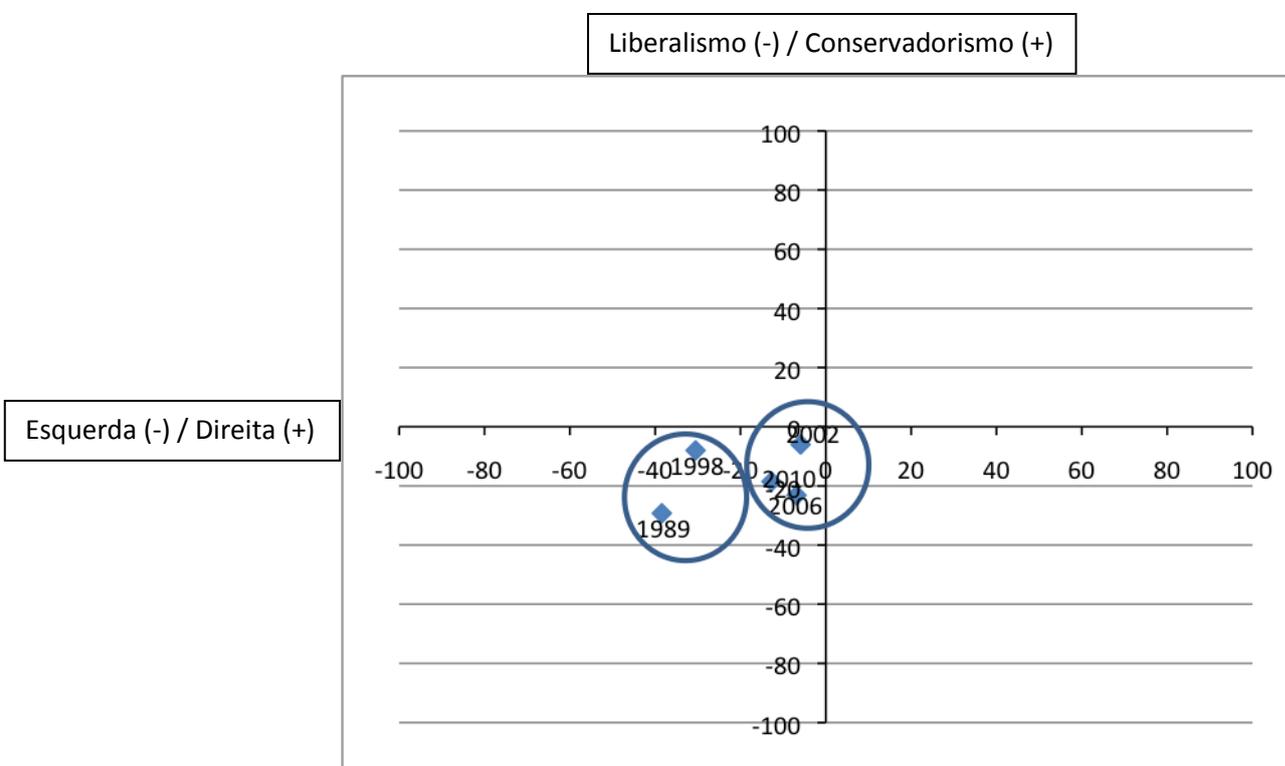
Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Quadro 22. Posição da coalizão na escala Esquerda/Direita (consolidado)

| Programa | Esquerda | Direita | Total |
|----------|----------|---------|--------|
| 1989 | -41,84 | 1,36 | -41,84 |
| 1998 | -31,58 | 1,05 | -30,53 |
| 2002 | -12,37 | 6,50 | -5,87 |
| 2006 | -13,73 | 6,87 | -6,87 |
| 2010 | -13,51 | 0,77 | -12,74 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

Gráfico 7. Classificação dos programa no quadrante (consolidado)



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2016)

No gráfico consolidado acima, percebe-se 2 blocos, um dos programas de governo pré-2002 (1989 e 1998) e outros três pós-2002 (2002, 2006 e 2010).

Nosso critério para separação desses dois blocos é justamente a posição no eixo esquerda-direita. Enquanto os dois primeiros programas adotavam posição claramente de esquerda, com forte presença da nomenclatura marxista-leninista (expressa pela categoria 415; análise marxista), os outros três adotam uma postura mais moderada, aproximando-se do centro. Ainda que se mantenham à esquerda, essa permanência é muito menos intensa, com um percentual muito menor de texto do que dos dois primeiros programas. Além disso, a própria distribuição de categorias de esquerda muda já a partir de 1998, com a consolidação da Expansão do *Welfare State* (504) como categoria primordial dos programas de governo das coalizões lideradas pelo PT.

No caso do eixo conservadorismo-liberalismo, ainda que a variação não obedeça a um padrão claro como o da aproximação do centro no eixo esquerda-direita, destacamos a predominância de algumas categorias liberais como bandeiras de todos os programas das

coalizões estudadas. São elas: Grupos Diversos (707; referências favoráveis a minorias diversas), Democracia (202; menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível) e Proteção Ambiental (501).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembremos a hipótese deste trabalho: *o conteúdo da plataforma eleitoral das coalizões eleitorais lideradas pelo Partido dos Trabalhadores em campanhas presidenciais, expressa pelos programas de governo (1989, 1998, 2002, 2006, 2010), sofreu alterações substanciais enquanto elemento de disputa político-eleitoral programática, na medida em que abandonou propostas polêmicas e aproximou as coalizões do centro do eixo esquerda-direita. Esse processo nos permite afirmar que as coalizões estudadas (todas lideradas pelo PT) adotaram ao longo do tempo algumas das características do modelo partidário catch-all, como a drástica redução na carga ideológica e a generalidade/abstração dos programas eleitorais.*

Ora, a hipótese ancora-se em uma literatura de transformação de partidos políticos que, passando por Michels (1911) e Duverger (1972) e chegando a Kirchheimer (1966) e Katz & Mair, advoga pelo enfraquecimento dos laços entre os partidos de massa e suas bases eleitorais, aproximando-se de um comportamento *catch-all* na medida em que fortalecem seus laços com o Estado a partir de vitórias eleitorais, tornando-se máquinas partidárias com orientação *vote-seeking*.

Sabemos que, dado o formato presidencialismo de coalizão, nenhum partido político participa sozinho da competição eleitoral e, portanto, quando tratamos de comportamento dos partidos durante campanhas, tratamos, na verdade, de coalizões eleitorais. E o comportamento de coalizões eleitorais está expresso, mais do que em nenhum outro documento, nos programas de governo.

A partir dessa ideia, nosso intuito foi justamente o de estender a ideia da transformação partidária às coalizões eleitorais. Para isso, tomamos o teorema do eleitor mediano (Downs) como marco analítico de nossa análise de conteúdo dos programas, afirmando que o comportamento *catch-all* é representado justamente pela aproximação do centro. Nossos resultados corroboram essa ideia, demonstrando que principalmente a partir de 2002 (ano da vitória da coalizão liderada pelo PT), as coalizões lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, em sua vertente programática, abandonaram defesas de pontos polêmicos e aproximaram-se do centro do eixo esquerda-direita.

Destaque-se novamente que essa conclusão não se aplica ao eixo conservadorismo-liberalismo, que permaneceu consistente em algumas de suas categorias liberais, primando pela defesa de minorias e pela busca da democracia como ideal de sociedade.

No que tange aos aspectos abordados na literatura de coalizões, entendemos que, ainda que os critérios de formação pela ideologia de Swann (1973) pareçam sobrepor os critérios das coalizões minimamente vitórias de Riker (1962) - dado que o número de entrantes nas coalizões lideradas pelo PT passou em muito o mínimo necessário e no caso da ideologia há alguma aproximação entre os partidos de esquerda membros da coalizão- , essa suposta convergência ideológica parece ser meramente formal, já que também não impediu uma movimentação das bandeiras das coalizões da esquerda para o centro, demonstrando que a ideologia se submete à lógica eleitoral, mesmo no caso das coalizões. Nesse sentido, os perfis dos partidos políticos das coalizões não parece interferir no resultado dos programas de governo.

Uma outra possível causa para a mudança do perfil programático das coalizões é o da submissão dos partidos membros ao partido líder no que tange à construção dos programas de governo. De acordo com essa hipótese, bastariam transformações internas ao partido líder (no nosso caso, o PT) para que os programas de governo fossem alterados. Parece ser esse o caso do nosso trabalho, o que geraria uma conexão direta com a literatura de transformação do Partido dos Trabalhadores (Samuels, 2004; Hunter, 2010; Ribeiro, 2008; Amaral; 2010) que abordamos em seção específica.

De qualquer forma, essa é uma agenda de pesquisa (causas da variação programática; partido líder ou perfil dos partidos membros coalizão) que, embora diretamente conectada ao nosso trabalho, carece de investigações, já que nossa investigação, ao menos neste momento, restringe-se à ocorrência da variação programática, e não de suas causas.

Também entendemos que outra variável chave para a explicação dessa variação nos programas é a questão temporal, que abordamos brevemente quando recuperamos os trabalhos de Albalá (2014) sobre o tema. Como as coalizões no nosso presidencialismo de coalizão constroem-se antes das eleições (momento pré-eleitoral), o sistema de incentivos para uma moderação de propostas é alto, já que a busca pelo eleitor mediano pode inviabilizar a defesa de propostas polêmicas. Essa é outra variável que deve estar presente em futuras pesquisas sobre o tema.

Concluindo, conforme recuperamos na seção dedicada a importância dos programas como mecanismo de controle dos partidos durante o governo, é fundamental que esse tipo de instrumento programático seja legitimado perante a sociedade e partidos políticos, elevando o nível do debate durante as campanhas e servindo como norte para atuação do governantes durante sua gestão.

Os personalismos eleitorais e pós-eleitorais só serão combatidos caso as ideias se sobreponham à discricionariedade dos indivíduos. Acreditamos que a generalidade desses programas de governo, demonstrada pelo excessivo comportamento *catch-all* das coalizões, torna os governos, seja de que partido forem, vazios de sentido programático, de visão de país e de falta de comprometimento em relação a escolhas de *policy*, muitas vezes impopulares, mas necessárias a um projeto de país.

5.1 Limitações da codificação manual e sugestões de ajustes

Para Tarouco, Vieira e Madeira (2015), a opção pela codificação manual dentro da análise de conteúdo implica a necessidade de testar a sua confiabilidade, dada a subjetividade implícita na classificação do pesquisador. A confiabilidade de uma medida é a sua qualidade de estar isenta de erros de mensuração e pode ser avaliada comparando resultados obtidos por codificadores diferentes.

Entretanto, a análise de conteúdo que fundamenta este trabalho, tanto na divisão do texto em quase-sentenças como em sua posterior classificação, não teve sua confiabilidade testada através da comparação entre as codificações de diferentes pesquisadores. Isso se justifica pela impossibilidade de se contar com um assistente de pesquisa qualificado para tal função durante o período de tratamento dos dados do nosso trabalho. Consideramos que essa é uma limitação sanável, a ser corrigida em futuros trabalhos que levem em conta os resultados aqui apresentados.

Sugerimos que os futuros pesquisadores adotem a mesma fórmula adotada por Tarouco, Vieira e Madeira (2015) em seu trabalho de pesquisa. O teste utilizado para distinguir a coincidência substantiva entre duas classificações daquela que seria esperada por aleatoriedade entre classificações independentes é o chamado índice kappa, ou simplesmente índice k, proposto por Jacob Cohen (1960).

Trata-se de um coeficiente de concordância para escalas nominais que remove o efeito de coincidências aleatórias, ou seja, que mede o grau em que duas ou mais classificações concordam substantivamente entre si, para além das coincidências que seriam produzidas pelo acaso, na hipótese (nula) de total independência.

O índice k varia de -1 (quando todas as classificações divergem) a 1 (quando todas as classificações são idênticas) e equivale a 0 quando a proporção de concordâncias se limita à proporção de coincidências aleatórias.

Dentro desse contexto, vale destacar que acreditamos que a melhoria alcançada pela adoção do índice Kappa trará maior precisão para a divisão do texto em quase-sentenças e para o posterior processo de classificação em categorias, mas entendemos que o resultado encontrado não deverá ser alterado. A classificação realizada por este pesquisador resultou na localização de todos os programas no mesmo quadrante (liberal de esquerda), com um expressivo distanciamento do bloco formado pelos programas de 89 e 98 daqueles a partir de 2002. Nesse sentido, ainda que haja uma melhoria da precisão, não esperamos uma alteração substancial de tendência.

ANEXO I

Tabela 4 Quadro completo com domínios e categorias analíticas do MRG

| Domínio 1 | Relações exteriores |
|------------------|---|
| 103 | Anti-Imperialismo |
| 104 * | Forças Armadas: positivo |
| 105 | Forças Armadas: negativo |
| 106 | Paz |
| 107 | Internacionalismo: positivo |
| 109 | Internacionalismo: negativo |
| Domínio 2 | Liberdade e Democracia |
| 201 | Liberdades e Direitos Humanos |
| 202 | Democracia |
| 203 | Constitucionalismo: positivo |
| 204 | Constitucionalismo: negativo |
| Domínio 3 | Sistema Político |
| 301 | Descentralização |
| 302 | Centralização |
| 303 | Eficiência Governamental e Administrativa |
| 304 | Corrupção |
| 305 | Autoridade Política |
| 306 | Instituições do sistema político |
| Domínio 4 | Economia |
| 401 | Livre Iniciativa |
| 402 | Incentivos |
| 403 | Regulação do Mercado |
| 404 | Planejamento Econômico |
| 405 | Corporativismo |
| 406 | Protecionismo: positivo |
| 407 | Protecionismo: negativo |
| 408 | Metas Econômicas |
| 409 | Gerenciamento Keynesiano da demanda |
| 410 | Produtividade |

| | |
|------------------|---|
| 411 | Tecnologia e Infraestrutura |
| 412 | Economia controlada |
| 413 | Nacionalização |
| 414 | Ortodoxia econômica |
| 415 | Análise marxista |
| 416 | Controle do crescimento |
| Domínio 5 | Bem-estar e Qualidade de vida |
| 501 | Proteção ambiental |
| 502 | Cultura |
| 503 | Justiça social |
| 504 | Expansão do Welfare State |
| 505 | Limitação do Welfare State |
| 506 | Expansão da Educação |
| 507 | Limitação da Educação |
| Domínio 6 | Estrutura da sociedade |
| 601 | Estilo nacional de vida e comportamento: positivo |
| 602 | Estilo nacional de vida e comportamento: negativo |
| 603 | Moralidade tradicional: positivo |
| 604 | Moralidade tradicional: negativo |
| 605 | Lei e Ordem |
| 606 | Harmonia Social |
| 607 | Multiculturalismo: positivo |
| 608 | Multiculturalismo: negativo |
| Domínio 7 | Grupos sociais |
| 701 | Classes trabalhadoras: positivo |
| 702 | Classes trabalhadoras: negativo |
| 703 | Agricultura, agricultores |
| 704 | Agricultura familiar; reforma agrária |
| 705 | Classe média e grupos profissionais |
| 706 | Minorias desprivilegiadas |
| 707 | Grupos demográficos não-econômicos |
| 000 | Nenhuma das Categorias Acima (frases que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores: narrativas históricas, questões internas) |

| | |
|--|---|
| | do partido, frases com conteúdo muito vago, dados estatísticos) |
|--|---|

Fonte: Tarouco, Gabriela S. (2011) "Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases". *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1.

Tabela 5. Descrição das categorias

| 1 | Relações exteriores | |
|----------|-----------------------------|---|
| 103 | Anti-Imperialismo | Referências negativas ao exercício de forte influência (política, militar ou comercial) sobre outros estados; referências negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império; menções favoráveis à descolonização; referências favoráveis a maior auto-governo e independência para colônias; referências negativas a comportamento imperial do próprio país ou de outros. Auto-determinação, não intervenção, equilíbrio no poder mundial, não alinhamento. |
| 104 | Forças Armadas: positivo | Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e auto-defesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares. |
| 105 | Forças Armadas: negativo | Menções favoráveis à redução de gastos militares; desarmamento; males da guerra; promessas de reduzir o recrutamento ou poderes internos |
| 106 | Paz | Paz como uma meta geral; declarações de crença na paz e em meios pacíficos de resolver crises; interesse em que os países entrem em negociação com países hostis. |
| 107 | Internacionalismo: positivo | Necessidade de cooperação internacional; cooperação com países específicos que não os Estados Unidos (codificados em 101); necessidade de ajuda a países em desenvolvimento; necessidade de planejamento mundial de recursos; necessidade de cortes internacionais; apoio a qualquer objetivo internacional ou estado mundial; apoio à ONU. Inclui referências à ALCA E MERCOSUL, globalização como dado. |

| | | |
|----------|---|--|
| 109 | Internacionalismo: negativo | Menções favoráveis à independência nacional e soberania como oposta ao internacionalismo. Inclui referências à defesa dos interesses nacionais frente a outros países e organizações, inclusive ALCA E MERCOSUL e referências contra a globalização. |
| 2 | Liberdade e Democracia | |
| 201 | Liberdades e Direitos Humanos | Menções favoráveis à importância da liberdade pessoal e direitos civis; liberdade em relação ao controle burocrático; liberdade de expressão; liberdade em relação à coerção nas esferas política e econômica; individualismo. Acesso livre à informação, imprensa livre, comunicação democrática, liberdade de associação. |
| 202 | Democracia | Menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível nacional e em outras organizações; envolvimento de todos os cidadãos no processo decisório e apoio generalizado à democracia no país. Soberania popular, redemocratização, anistia |
| 203 | Constitucionalismo: positivo | Apoio a aspectos específicos da constituição; uso do constitucionalismo como argumento para políticas assim como aprovação geral da via constitucional de ação. Assembléia constituinte |
| 204 | Constitucionalismo: negativo | Oposição à constituição em geral ou a aspectos específicos. |
| 3 | Sistema Político | |
| 301 | Descentralização | Apoio ao federalismo ou descentralização; mais autonomia regional para políticas ou economia; apoio à preservação de costumes e símbolos locais ou regionais; menções favoráveis a consideração especial para áreas locais; deferência a competência/qualificação de especialistas locais. Inclui referências ao peso dos estados, positivo ou negativo. |
| 302 | Centralização | Oposição a processo decisório político nos níveis políticos mais baixos; apoio a mais centralização em procedimentos políticos e administrativos. Inclui referências à integração do território, e referências contra guerra fiscal. Inclusive na repartição de receitas |
| 303 | Eficiência Governamental e Administrativa | Demanda por eficiência e economia no governo e na administração; redução do funcionalismo público; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo. |
| 304 | Corrupção | Necessidade de eliminar corrupção e abusos associados a ela, na vida política e pública e na administração. Transparência da administração |

| | | |
|----------|----------------------------------|---|
| | | e medidas para coibir corrupção. |
| 305 | Autoridade Política | Menções favoráveis a governo forte, incluindo estabilidade de governo, competência do partido para governar e/ou falta desta competência em outros partidos. |
| 306 | Instituições do sistema político | Referências ao sistema eleitoral, sistema partidário, sistema de governo, relações entre os poderes, em qualquer nível |
| 4 | Economia | |
| 401 | Livre Iniciativa | Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa/investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa/investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos/investimentos individuais desimpedidos. |
| 402 | Incentivos | Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa |
| 403 | Regulação do Mercado | Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado. |
| 404 | Planejamento Econômico | Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano. |
| 405 | Corporativismo | Menções favoráveis à necessidade de colaboração entre empregadores e organizações sindicais no planejamento econômico geral e em direção à forma tripartite (governo, empregadores e sindicatos). |
| 406 | Protecionismo: positivo | Menções favoráveis à extensão ou manutenção de tarifas para proteger mercados internos; outros protecionismos domésticos econômicos tais como restrições por cotas. |
| 407 | Protecionismo: negativo | Apoio ao conceito de livre comércio, internamente ou nas relações internacionais (p. ex. Alca) |
| 408 | Metas Econômicas | Declarações da intenção de buscar quaisquer metas econômicas não cobertas por outras categorias do domínio 4. Esta categoria é criada para captar um interesse geral dos partidos em economia e cobre uma variedade de metas econômicas. Inclui referências a: contas externas, câmbio, inflação, desemprego, juros, relações comerciais com outros |

| | | |
|----------|---|--|
| | | países ou organizações, desigualdades regionais, dívida externa, estabilidade. |
| 409 | Gerenciamento Keynesiano da demanda | Política econômica orientada pela demanda; política econômica devotada à redução de depressões e/ou a aumentar a demanda privada através do aumento da demanda pública e/ou através do aumento dos gastos sociais. Renda mínima, seguro desemprego |
| 410 | Produtividade | Necessidade de encorajar ou facilitar maior produção; necessidade de tomar medidas para auxiliar tal aumento da produção; apelo por maior produção e importância da produtividade para a economia; aumento do comércio exterior; paradigma do crescimento. Inclui referências a crescimento e desenvolvimento. |
| 411 | Tecnologia e Infraestrutura | Importância da modernização da indústria e métodos de transporte e comunicação; importância da ciência e do desenvolvimento tecnológico na indústria; necessidade de treinamento e pesquisa. Isso não implica educação em geral. (v. 506) Inclui referências a treinamento técnico. |
| 412 | Economia controlada | Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis, etc.; intervenção estatal no sistema econômico. |
| 413 | Nacionalização | Menções favoráveis à propriedade governamental, parcial ou completa, incluindo propriedade governamental da terra. |
| 414 | Ortodoxia econômica | Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, p. e. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômica tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: políticas de ajuste fiscal, endividamento do estado, austeridade, equilíbrio fiscal, falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma, privatizações. |
| 415 | Análise marxista | Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo, uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anti-capitalismo |
| 416 | Controle do crescimento | Menções favoráveis a políticas anti-crescimento e economia estatal regulada; ecologismo; política verde; desenvolvimento sustentável. |
| 5 | Bem-estar e Qualidade de vida | |

| | | |
|----------|---|---|
| 501 | Proteção ambiental | Preservação da zona rural, florestas, etc.; preservação geral de recursos naturais contra interesses privados; uso apropriado dos parques nacionais; "soil banks" (?), etc.; melhoria ambiental. |
| 502 | Cultura | Necessidade de prover equipamentos públicos culturais e de lazer, incluindo artes e esporte, necessidade de empregar recursos em museus, galerias de arte, etc.; necessidade de encorajar atividades proveitosas de lazer e meios de cultura de massa. Turismo. |
| 503 | Justiça social | Conceito de igualdade; necessidade de tratamento justo de todas as pessoas; proteção especial para desprivilegiados; necessidade de justa distribuição de recursos; remoção de barreiras de classe; fim da discriminação racial, sexual, etc. Inclui referências a: concentração de renda, medidas distributivas, inclusão social, ação afirmativa, redução das desigualdades |
| 504 | Expansão do <i>Welfare State</i> | Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Esta categoria exclui educação. Inclui referências a: QUESTÕES URBANAS, problemas sociais, políticas sociais |
| 505 | Limitação do <i>Welfare State</i> | Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência |
| 506 | Expansão da Educação | Necessidade de expandir e/ou melhorar a provisão educacional em todos os níveis. Esta exclui treinamento técnico, codificado como 411. |
| 507 | Limitação da Educação | Limitação dos gastos em educação. Ajuste nas Universidades públicas. |
| 6 | Estrutura da sociedade | |
| 601 | estilo nacional de vida e comportamento: positivo | Apelos ao patriotismo e/ou nacionalismo; suspensão de algumas liberdades para proteger o estado contra subversão; apoio a idéias nacionais estabelecidas. Inclui referências à soberania nacional. Identidade nacional, interesses nacionais contra estrangeiros, contra a exploração pelo e a dependência do capital estrangeiro |
| 602 | estilo nacional de vida e comportamento: negativo | Contra patriotismo e/ou nacionalismo; oposição ao estado nacional. |
| 603 | Moralidade tradicional: positivo | Menções favoráveis a valores morais tradicionais; proibição, censura e supressão da imoralidade e do comportamento indecente; manutenção |

| | | |
|----------|---------------------------------------|--|
| | | e estabilidade da família; religião. Contra aborto, divórcio, a favor da pena de morte |
| 604 | Moralidade tradicional: negativo | Oposição a valores morais tradicionais, apoio ao divórcio, aborto, etc. Contra pena de morte |
| 605 | Lei e Ordem | Cumprimento de todas as leis; ações contra o crime; apoio e recursos para a polícia; atitudes mais duras nos tribunais. Inclui referências a: violência e criminalidade; segurança pública, narcotráfico, inclusive internacional, ações ilegais na política, JUSTIÇA, exceto a do trabalho, codificada em 701, ministério público. Combate à impunidade |
| 606 | Harmonia Social | Apelo a esforço nacional e solidariedade; necessidade de que a sociedade se veja como unida; apelo ao vigor público; condenação de atitudes anti-sociais em tempos de crise; apoio ao interesse público. Harmonia inclusive entre classes |
| 607 | Multiculturalismo: positivo | Diversidade cultural, "communalism", pluralidade cultural e "pillarization"(?); preservação da autonomia da herança lingüística e religiosa no país, incluindo serviços educacionais especiais. |
| 608 | Multiculturalismo: negativo | Cumprimento ou encorajamento da integração cultural. |
| 7 | Grupos sociais | |
| 701 | Classes trabalhadoras: positivo | Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical, salários |
| 702 | Classes trabalhadoras: negativo | Abuso de poder dos sindicatos. |
| 703 | Agricultura, agronegócio | Apoio ao agronegócio e fazendeiros; qualquer política que vise especificamente beneficiá-los. |
| 704 | Agricultura familiar; reforma agrária | Inclui referências a trabalhadores rurais e seus direitos, e à reforma agrária. |
| 705 | Classe média e grupos profissionais | Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do servidor público. |
| 706 | Minorias desprivilegiadas | Referências favoráveis a minorias desprivilegiadas que não são definidas nem em termos econômicos nem em termos demográficos. |

| | | |
|------------|-------------------------------------|---|
| | | P. ex.: deficientes, incapazes, homossexuais, imigrantes, refugiados, etc. |
| 707 | Grupos demográficos não-econômicos | Menções favoráveis a, ou necessidade de, assistência às mulheres, idosos, jovens, grupos linguísticos, etc.; interesse especial em grupos demográficos de todos os tipos. Negros e índios. Cotas. |
| 000 | Nenhuma das Categorias Acima | Descrições de conjuntura, narrativas históricas, assuntos internos ao partido, frases de conteúdo muito vago, dados estatísticos. |

Fonte: Tarouco, Gabriela S. (2011) "Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases". *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1.

Tabela 6. Categorias da escala esquerda-direita

| Esquerda | |
|------------------|---------------------------------------|
| Domínio 1 | Relações exteriores |
| 103 | Anti-Imperialismo |
| Domínio 4 | Economia |
| 403 | Regulação do Mercado |
| 404 | Planejamento Econômico |
| 405 | Corporativismo |
| 406 | Protecionismo: positivo |
| 409 | Gerenciamento Keynesiano da demanda |
| 412 | Economia controlada |
| 413 | Nacionalização |
| 415 | Análise marxista |
| 416 | Controle do crescimento |
| Domínio 5 | Bem-estar e Qualidade de vida |
| 503 | Justiça social |
| 504 | Expansão do Welfare State |
| 505 | Limitação do Welfare State |
| 606 | Harmonia Social |
| 607 | Multiculturalismo: positivo |
| 608 | Multiculturalismo: negativo |
| Domínio 7 | Grupos sociais |
| 701 | Classes trabalhadoras: positivo |
| 704 | Agricultura familiar; reforma agrária |

| Direita | |
|------------------|---|
| Domínio 3 | Sistema Político |
| 303 | Eficiência Governamental e Administrativa |
| Domínio 4 | Economia |
| 401 | Livre Iniciativa |
| 402 | Incentivos |
| 407 | Protecionismo: negativo |
| 414 | Ortodoxia econômica |
| Domínio 5 | Bem-estar e Qualidade de vida |
| 505 | Limitação do Welfare State |
| Domínio 7 | Grupos sociais |
| 702 | Classes trabalhadoras: negativo |
| 703 | Agricultura, agricultores |
| 705 | Classe média e grupos profissionais |

Tabela 7. Categorias da escala liberalismo-conservadorismo

| Liberalismo | |
|--------------------|---|
| Domínio 1 | Relações exteriores |
| 105 | Forças Armadas: negativo |
| 107 | Internacionalismo: positivo |
| Domínio 2 | Liberdade e Democracia |
| 201 | Liberdades e Direitos Humanos |
| 202 | Democracia |
| Domínio 5 | Bem-estar e Qualidade de vida |
| 501 | Proteção ambiental |
| Domínio 6 | Estrutura da sociedade |
| 602 | Estilo nacional de vida e comportamento: negativo |
| 604 | Moralidade tradicional: negativo |
| 607 | Multiculturalismo: positivo |
| Domínio 7 | Grupos sociais |
| 706 | Minorias desprivilegiadas |
| 707 | Grupos demográficos não-econômicos |

| Conservadorismo | |
|------------------------|---|
| Domínio 1 | Relações exteriores |
| 104 | Forças Armadas: positivo |
| 109 | Internacionalismo: negativo |
| Domínio 6 | Estrutura da sociedade |
| 601 | Estilo nacional de vida e comportamento: positivo |
| 603 | Moralidade tradicional: positivo |
| 606 | Harmonia Social |
| 608 | Multiculturalismo: negativo |

6. BIBLIOGRAFIA

Revisão da literatura

ABRANCHES, Sergio H. 1988. “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro” em Revista Dados, Nº1. IUPERJ, Rio de Janeiro.

ALBALA, A. Question of Timing: Coalition Agreements in Multi Party Presidential Regimes, 2014

AMARAL, Oswaldo E. do (2013) As tranformações internas do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. São Paulo, Alameda.

ANDEWEG, R. B. (2000). From Dutch disease to Dutch model? Consensus government in practice. *Parliamentary Affairs*, 53, 697–709. OJ.

AXELROD, Robert (1970). *Conflict of Interest. A Theory of Divergent Goals with Applications to Politics*. Chicago, Markham.

CHASQUETTI, Daniel (2008). *Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina: evaluando la “difícil combinación”*. Montevideo: Universidad de la República, 2008

DE SWANN, Abram (1973). *Coalition Theories and Cabinets Formation. A Studie of Formal Theories of Coalition Formation Applied to Nine European Parliament after 1918*. New York: Elsrvier Scientific Publishing Company.

DEHEZA, Grace I. (1995). *Coaliciones de Gobierno en el Sistema Presidencial: América Latina*. Paper. XIX Congreso Internacional de Latin American Studies Association. Washington D.C.

O ESTADO DE SAO PAULO, 2014. Disponível em: politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,campanha-de-marina-cobra-programa-de-governo-de-dilma,1568412. Acessado em: 30/10/2015.

DUVERGER, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DOWNS, Anthony (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row.

GOLDER, S. (2006) Pre-electoral coalition formation in parliamentary democracies,. *British Journal of Political Science* 36 (2): 193-212

HUNTER, Wendy (2007). *The transformation of the Workers Party in Brazil, 1989-2009*. Cambridge: CUP,2010.

INDRIDASON, I. H. and KRISTINSSON, G. H. (2013) 'Making words count: Coalition agreements and cabinet management', *European Journal of Political Research*

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (2002) The Ascendency of the party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). Political Parties. Old Concepts and New Challenges. Oxford: Oxford University Press.

KATZ, Richard; MAIR, Peter (1995) Changing Models Of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 01, 1995, pp. 5-28.

KECK, Margaret. (1991), PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática.

KIRSCHHEIMER, Otto (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7. Brasília, pp.349-385

KIRSCHHEIMER, Otto. (1966). "The transformation of the Western European party systems". In: LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (orgs.). Political parties and political development. New Jersey: Princeton University Press, p. 177-200.

KLINGEMANN, H.-D., Hofferbert, R. I., & Budge, I. (1994). Parties, policies, and democracy. Boulder, CO: Westview

LINZ, Juan J. (1990). "The perils of the Presidentialism" en *Journal of Democracy*, 1:51-69.

LUEBBERT, G., (1986) Comparative democracy: policy making and governing coalitions in Europe and Israel, Columbia, New York: Columbia University Press

LAVER, M. J. & SHEPSLE, K. A. (1994). In M. J. Laver & K. A. Shepsle (Eds.), Cabinet Ministers and Parliamentary Government. Cambridge: Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott, P. e SCULLY, Timothy R. (orgs.). (1995). Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott (1993). *Presidentialism and multipartism: the difficult combination*. In *Comparative Political Studies*. 26 (2), 1993.

MAINWARING, Scott y Matthew S. Shugart (1997), *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott (1999). Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil. Stanford, CA: Stanford University Press,

MENEGUELLO, Rachel. (1989), PT: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MICHELS, R. (1982). Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UNB.

MOURY, C. (2009). Coalition government and party mandate: Explaining ministerial room of manoeuvre vis-à-vis the coalition agreement. *Sociologia, Problemas E Práticas*, 59, 135–156. Sociologia.

MÜLLER, W. C. & STRØM, K. (2001). Coalition governance in Western Europe: An introduction. In W. C. Müller & K. Strøm (Eds.), *Coalition Governments in Western Europe* (pp. 1–32). Oxford: Oxford University Press.

PERES, Paulo. (2009) Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Nº 68, 2009, pp. 17-58

RIBEIRO, Pedro. (2008). Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese (doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

RIKER, William H. (1962). *The Theory of Political Coalitions*. New Heaven: Yale University Press.

SAMUELS, David. (2004a), “As bases do petismo”. *Opinião Pública*, vol. X, n. 2, pp. 221-241.

SAMUELS, David (2004b), “From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Worker’s Party in Brazil”. *Comparative Political Studies*, vol. 37, n. 9, pp. 999-1024.

STOKES, S. (2001). *Mandates and democracy: Neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

STRØM, Kaare. (1990). *Minority Government and Majority Rule*, Cambridge, Cambridge University Press.

STRØM, K. (2000). Delegation and accountability in parliamentary democracies. *European Journal of Political Research*, 37, 261–289.

STRØM, K. & MÜLLER, W. C. (1999). The keys to togetherness: Coalition agreements in parliamentary democracies. *The Journal of Legislative Studies*, 5 (3), 255–282.

STRØM, K. & MÜLLER, W. C. (2008). Coalition agreements and governance. In K. Strøm, W. C. Müller, & T. Bergman (Eds.), *Cabinets and Coalition Bargaining: The Democratic Life Cycle in Western Europe* (pp. 159–199). Oxford: Oxford University Press.

WOLLINETZ, S. *Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies*. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Metodologia

BENOIT, K. & LAVER, M (2006). *Party Policy in Modern Democracies*. New York: Routledge.

BUDGE, I. (2000). Experts Judgements of Party Policy Positions: Uses and limitations in political research. *European Journal of Political Research*, Essex, v. 37, n. 1, p. 103-113, Jan.

BUDGE, I.; KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A. & BARA, J. (eds.). (2001). *Mapping Policy Preferences: Estimates for parties, electors, and governments 1945-1998*. New York: Oxford University.

BUDGE, I.; ROBERTSON, D. & HEARL, D. (eds.). (1987). *Ideology, Strategy, and Party Change: Spatial analyses of post-war election programs in 19 democracies*. Cambridge (UK): Cambridge University.

COHEN, Jacob (1960). A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement* XX (1): 37-46. Disponível em: <http://kappa.chezalice.fr/kappa.txt>

LAVER, Michael (2001). *Estimating the policy position of political actors*. London: Routledge/ECPR.

LAVER, Michael; BUDGE, Ian (1992). *Party policy and government coalitions*. New York: St. Martin's Press.

MADEIRA, Rafael e TAROUCO, Gabriela (2012). “Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários”. Oitavo encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Gramado, RS.

TAROUCO, Gabriela (2007). *Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de doutorado defendida em março de 2007 no IUPERJ.

TAROUCO, Gabriela (2011). *Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases* *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1, pp. 54-76.

TAROUCO, G. e MADEIRA, R. (2013). “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 149-165. 2013.

TAROUCO, G. e MADEIRA, R. (2015). “Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro”. In: *Revista Debates (UFRGS)*.

